

**Guiné-Bissau: Segunda Avaliação do Acordo Trienal ao abrigo da Facilidade de Crédito Ampliado e Avaliação das Garantias Financeiras — Relatório do Corpo Técnico, Anexo Informativo e Comunicado de Imprensa sobre a Avaliação**

No contexto da segunda avaliação do acordo trienal com a Guiné-Bissau ao abrigo da Facilidade de Crédito Ampliado e da avaliação das garantias financeiras, os seguintes documentos foram liberados para publicação e estão incluídos neste pacote:

- Relatório do Corpo Técnico sobre a Segunda Avaliação do Acordo ao Abrigo da Facilidade de Crédito Ampliado e Avaliação das Garantias Financeiras, elaborado por uma equipa de técnicos do FMI após o encerramento das discussões com as autoridades da Guiné-Bissau, em 23 de Março de 2011, sobre a evolução da economia e as políticas económicas. O relatório do corpo técnico foi concluído em 9 de Maio de 2011, com base nas informações disponíveis à época das discussões. As opiniões expressas no relatório são as da equipa de técnicos e não reflectem necessariamente as opiniões do Conselho de Administração do FMI.
- Anexo informativo
- Comunicado de imprensa sobre a conclusão da avaliação

A política de publicação de relatórios do corpo técnico e outros documentos permite a supressão de informações que possam influenciar os mercados.

Para adquirir exemplares deste relatório, entre em contacto com:

International Monetary Fund • Publication Services  
700 19<sup>th</sup> Street, N.W. • Washington, D.C. 20431  
Telefone: +1 202 623-7430 • Fax: +1 202 623-7201  
E-mail: [publications@imf.org](mailto:publications@imf.org) • Internet: <http://www.imf.org>

Preço unitário: USD 18,00

**Fundo Monetário Internacional**  
**Washington, D.C.**

# FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL

## GUINÉ-BISSAU

### **Segunda Avaliação no Âmbito do Acordo Trienal ao Abrigo da Linha de Crédito Ampliado e Avaliação das Garantias Financeiras**

Preparado pelo Departamento de África  
(Em Consulta com Outros Departamentos)

Aprovada por Roger Nord e Tom Dorsey

10 de Maio de 2011

#### **Sumário Executivo**

**No dia 13 de Dezembro de 2010, o Conselho de Administração concluiu a primeira avaliação do Acordo ECF e a Guiné-Bissau alcançou o ponto de conclusão no âmbito da Iniciativa HIPC reforçada.**

**O crescimento económico deve acelerar ligeiramente para 4,3 por cento**, impulsionado pelo aumento da produção de caju e dos preços deste produto e à reconstrução de infra-estruturas. A inflação deverá aumentar para cerca de 4 por cento este ano, impulsionada pelo aumento dos preços de importação de combustíveis e alimentos, para depois regressar ao valor da meta da UEMOA em 2012.

**O desempenho no âmbito do programa apoiado pela ECF foi satisfatório.** As autoridades cumpriram todos os critérios de desempenho até ao fim de Dezembro de 2010 e todos os indicadores de referência estruturais da avaliação.

**O programa continua a ser totalmente financiado.** Além do apoio ao orçamento previsto no âmbito do programa, o governo recebeu um novo donativo de Angola, afectado em grande parte à retoma do programa de investimento público.

**Após o ponto de conclusão da HIPC, o ritmo das reformas económicas ganhou um novo impulso.** O governo está a implementar medidas para reforçar a arrecadação e melhorar a gestão das finanças públicas, e a avançar com as reformas estruturais para a terceira e quarta avaliações.

**O corpo técnico recomenda a conclusão da segunda avaliação do acordo ECF.**

O desempenho satisfatório das autoridades face a circunstâncias difíceis e o seu empenho no sucesso da implementação do programa justificam um apoio do FMI. A conclusão da avaliação permitirá o desembolso de DSE 2,414 milhões (17 por cento da quota).

**As discussões foram realizadas em Bissau, no período de 10 a 23 de Março de 2011.**

A equipa era formada pelo Sr. Drummond (chefe), Sr. Daal, Sr. Peña (todos do AFR), Sr. Jewell (SPR) e Sr. Fonseca (economista local). O Sr. Torrez, que deverá se tornar o novo representante residente em Junho, foi apresentado às autoridades. O Sr. Tall, do gabinete do Administrador, prestou assistência às autoridades durante as discussões.

I. Desempenho Macroeconómico e do Programa Satisfatório.....	4
II. A Perspectiva Económica Continua Favorável.....	4
III. Políticas Económicas .....	5
A. Fortalecimento das Finanças Públicas .....	5
B. Modernização da Administração Pública .....	8
C. Redução da Pobreza.....	9
D. Gestão da Dívida e Garantias Financeiras .....	9
IV. Monitorização e Riscos do Programa.....	10
A. Monitorização do Programa.....	10
B. Riscos do Programa .....	10
V. Questões Estatísticas e Capacitação.....	11
VI. Avaliação do Corpo Técnico .....	11
Anexo I. Carta de Intenções Suplementar.....	29
Apêndice I. Memorando Suplementar de Políticas Económicas e Financeiras para 2011 .....	30
Apêndice II. Memorando Técnico de Entendimento.....	42
Figuras	
1. Evolução Económica, 2005-10 .....	13
2. Políticas Macroeconómicas, 2005-10 .....	14
3. Perspectivas de Médio Prazo, 2009-14.....	15
4. Impacto dos Preços de Alimentos e Combustíveis na Inflação .....	16
Caixas	
1. Cooperação Sul-Sul na Guiné-Bissau.....	7
2. Plano de Acção para a Reforma da Administração Pública .....	8
3. Prioridades de Assistência Técnica.....	11
Tabelas	
1. Principais Indicadores Económicos e Financeiro, 2008-14.....	17
2. Síntese Monetária, 2008-14 .....	18
3. Balança de Pagamentos, 2008-14 .....	19
4. Operações do Governo Central, 2008-14.....	20
5. Indicadores Quantitativos do Programa ECF para 2010.....	22
6. Indicadores de Referência Estruturais no Âmbito da Segunda Avaliação do ECF .....	23
7. Indicadores de Dívida Externa.....	24
8. Indicadores Quantitativos do Programa ECF para 2011.....	25
9. Indicadores de Referência Estruturais no Âmbito das Terceira e Quarta Avaliações .....	26
10. Avaliações e Desembolsos no âmbito do Acordo ECF Trienal, 2010-13 .....	27
11. Indicadores da Capacidade de Pagamento ao FMI, 2008-18.....	28

**SIGLAS**

AFRITAC	Centro Regional de Assistência Técnica em África
BAfD	Banco Africano de Desenvolvimento
BCEAO	Banco Central dos Estados da África Ocidental
CD	critério de desempenho
DENARP	Documento de Estratégia Nacional de Redução da Pobreza
ECF	Facilidade de Crédito Ampliado
EPCA	Assistência de Emergência Pós-Conflito
ERP	estratégia de redução da pobreza
GFP	gestão das finanças públicas
HIPC	Países Pobres Altamente Endividados
IVA	imposto sobre o valor acrescentado
MDRI	Iniciativa de Alívio da Dívida Multilateral
MPEF	Memorando de Políticas Económicas e Financeiras
MTE	Memorando Técnico de Entendimento
ODM	Objectivos de Desenvolvimento do Milénio
PIP	Programa de Investimento Público
PRGF	Programa de Financiamento para Redução da Pobreza e Crescimento
SIGFIP	Sistema Integrado de Gestão das Finanças Públicas
SIGRHAP	Sistema de Gestão de Pessoal
SYDONIA	Sistema Automatizado de Gestão de Dados Aduaneiros
SYGADE	Sistema de Gestão da Dívida
UE	União Europeia
UEMOA	União Económica e Monetária Oeste Africana
UNCTAD	Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento
WEO	<i>World Economic Outlook</i>

## I. DESEMPENHO MACROECONÓMICO E DO PROGRAMA SATISFATÓRIO

1. **O crescimento económico tem sido mantido devido à recuperação nos preços das exportações de caju e à melhoria da liquidez no sistema bancário.** O crescimento acelerou ligeiramente para 3,5 por cento em 2010, uma vez que fortes ganhos nos termos de troca mais do que compensaram o declínio na colheita do caju provocado pelas condições climáticas (Figura 1, Tabela 1). As exportações beneficiaram do aumento do crédito, com melhoria da liquidez dos bancos devido à liquidação dos atrasados do governo no ano passado (Tabela 2). As importações, no entanto, foram contidas e o défice de conta corrente externa, excluindo-se as transferências oficiais, deverá cair cerca de 4 pontos percentuais do PIB (Tabela 3). A inflação aumentou ligeiramente no fim do ano devido à subida dos preços de importação de alimentos e combustíveis, mas a taxa de 1,1 por cento ainda está abaixo da norma de convergência da UEMOA.
2. **O desempenho fiscal mantém-se dentro do previsto.** As receitas fiscais excederam as expectativas, reflectindo uma actividade económica sustentada e o aperto dos controlos aduaneiros e da administração fiscal. A despesa manteve-se abaixo do programa, o que reflecte a queda dos gastos em bens e serviços e a sub-execução do programa de investimento público devido à insuficiência do apoio ao orçamento (Figura 2, Tabela 4).
3. **O desempenho no âmbito do programa apoiado pela ECF foi satisfatório.** Todos os critérios e metas quantitativas para o fim de Dezembro, inclusivamente as metas indicativas de gastos sociais e despesas prioritárias, e todos os indicadores de referência estruturais foram cumpridos (Tabelas 5 e 6). As autoridades estabeleceram uma ligação operacional entre o Tesouro e a administração aduaneira; aprovaram o plano de acção para a reforma da administração pública; e lançaram o sistema uniformizado de pagamentos salariais nos ministérios das Finanças e da Função Pública e Trabalho.

## II. A PERSPECTIVA ECONÓMICA CONTINUA FAVORÁVEL

4. **Os objectivos macroeconómicos de médio prazo no âmbito do programa das autoridades apoiado pela ECF continuam inalterados** (Relatório do FMI N° 10/379 e Figura 3). As autoridades reiteraram o seu empenho em: i) aumentar o crescimento real para 4,5 por cento no fim do programa, ii) manter uma inflação anual baixa e iii) manter o défice orçamental coerente com o financiamento disponível.
5. **A perspectiva de crescimento para 2011 é favorável, mas pressões inflacionistas e da balança de pagamentos reflectem a subida dos preços de importação de alimentos e combustíveis.**
  - *O crescimento económico deve acelerar ligeiramente para 4,3 por cento* devido ao aumento da produção de caju e dos preços deste produto e à reconstrução das infra-estruturas, em especial estradas, electricidade e água.

- *Pressões inflacionistas e da balança de pagamentos reflectem a subida dos preços de importação de alimentos e combustíveis.* O repasse dos preços de importação para os preços internos em Bissau é elevado devido à alta dependência de importações e à limitada resposta da oferta (Figura 4). A inflação homóloga prevista é de 4 por cento, acima da norma de convergência da UEMOA. Contudo, a inflação subjacente deverá ser contida, com a volta da inflação homóloga à meta da UEMOA em 2012, assim que o efeito pontual da subida das importações caia. Impulsionado pelo aumento das importações, o défice da conta corrente externa (excluindo as transferências oficiais) deverá aumentar ligeiramente.

6. **As autoridades concordam que o ajuste ao choque do preço de alimentos e combustíveis é preferível à acomodação.** O repasse integral da evolução dos preços ao longo do tempo incentivaria consumidores e produtores a se ajustarem. O corpo técnico e as autoridades partilham da ideia de que subsídios generalizados de preços não beneficiam os pobres e, dada a ausência de programas bem orientados e o tempo exigido para o seu desenvolvimento, o governo garantiria que recursos para gastos sociais e outras despesas prioritárias seriam totalmente afectados tal como está previsto programa.

7. **O apoio ao orçamento projectado é maior que o previsto no programa.** Além do apoio ao orçamento previsto no programa (do Banco Mundial e do Banco Africano de Desenvolvimento), o governo recebeu um novo donativo de Angola (1,3 por cento do PIB) (ver Caixa 1). A ajuda permitirá ao governo retomar o seu programa de investimento público e pagar os atrasados ao sector privado de anos anteriores (0,4 por cento do PIB). No dia 29 de Março foram realizadas consultas à UE no âmbito do Artigo 96 do Acordo de Cotonou. A UE anunciou que condicionará o seu apoio à Guiné-Bissau à implementação de compromissos das autoridades em várias áreas, inclusivamente a reforma do sector de segurança e a nomeação de quadros militares. O programa continua a pressupor a ausência de apoio da UE este ano.

### III. POLÍTICAS ECONÓMICAS

8. As discussões foram marcadas pela concordância de todos sobre a necessidade de se manter a disciplina fiscal e o ritmo de reformas pós-HIPC, com foco na mobilização de mais receita, na modernização da administração pública e na gestão da dívida. Em geral, as políticas económicas continuam inalteradas conforme expresso pelas autoridades na Carta de Intenções Suplementar (Anexo I) e no Memorando Suplementar de Políticas Económicas e Financeiras e Memorando Técnico de Entendimento, anexos, que actualizam e complementam os documentos de 16 de Novembro de 2010.

#### A. Fortalecimento das Finanças Públicas

##### Política Fiscal

9. **O orçamento de 2011 aprovado pela ANP é coerente com os objectivos de médio prazo do governo.** O orçamento incluiu importantes medidas de reforço da receita fiscal, inclusivamente mediante a redução dos subsídios implícitos às importações, a subida do preço

de referência aduaneiro das exportações de caju e o aumento da taxa aplicável ao pagamento da antecipação da contribuição industrial (ACI) de 3 para 5 por cento para o sector informal. No lado da despesa, o governo preservará os gastos sociais e outras despesas prioritárias e congelará os salários, sem deixar de incluir os trabalhadores contratados dos sectores da saúde e da educação na folha salarial.

**10. O programa fiscal continua a ser totalmente financiado** (Tabela do Texto).

Prevê-se um aumento das receitas, de acordo com o disposto no programa, com a

continuação do excelente desempenho de 2010 (cerca de 0,5 ponto percentual do PIB) em 2011, o que compensa as despesas superiores às previsões orçamentais devido à uniformização dos salários das forças de defesa e segurança e à revisão para cima dos salários dos trabalhadores contratados dos sectores da saúde e da educação. Simultaneamente, o programa de investimento público – que foi afectado pela passada falta de recursos e o atraso nos desembolsos do apoio ao orçamento – está a ser retomado com a ajuda de Angola. Como resultado, o financiamento interno do orçamento mantém-se inalterado. O défice de financiamento deverá ser colmatado pelo acordo ECF.

Tabela de Texto. Guiné-Bissau: Evolução Fiscal 2010-11

	2010	2011	
	Est.	Prog.	Proj.
	Percent of GDP		
Receita e donativos	20,4	18,2	19,8
Receita	10,8	10,7	11,1
Donativos	9,7	7,5	8,7
Apoio ao orçamento	2,3	1,7	3,0
Despesas totais	20,7	20,6	21,8
Despesas correntes	11,9	11,9	12,4
Despesa de capital	8,8	8,6	9,5
Atrasados internos líquidos e float	-2,3	-0,4	-0,8
Saldo total, incl. donativos (base de caixa)	-2,5	-2,8	-2,8
Financiamento	2,5	2,8	2,8
Financiamento interno	1,8	0,0	0,0
Financiamento externo	0,8	2,0	2,0
Défice bruto de financiamento	0,0	0,8	0,8

Fontes: Autoridades guineenses e estimativas e projecções do FMI.

**Mobilização de mais receitas**

**11. O governo está trabalhar para alargar ainda mais a base tributária e melhorar a capacidade e a eficiência na administração alfandegária e fiscal.**

- Na administração fiscal, o governo preparou um plano de acção, com a assistência técnica do AFRITAC Ocidental, para: i) rever a segmentação de contribuintes com base em critérios de volume de negócios, com limiares de FCFA 10 e 40 milhões para pequenos e grandes contribuintes, respectivamente; ii) cruzar os dados do SYDONIA com as declarações de impostos dos 300 maiores importadores em 2009-10; iii) auditar os importadores que subdeclararem as suas obrigações fiscais, a começar pelos que apresentarem as maiores diferenças. MPEF¶16
- Nas alfândegas, o governo irá: i) concluir a parametrização e o teste do sistema SYDONIA++ para a Guiné-Bissau e formar pessoal com a ajuda da UNCTAD, e ii) concluir a análise completa de todas as isenções aduaneiras e apresentar o relatório ao Conselho de Ministros até Junho.

**12. O governo está a reforçar as receitas fiscais este ano com o aumento dos preços aduaneiros de referência para importações identificadas, eliminando assim, gradualmente, os subsídios às importações.** Até ao fim de Março, MPEF¶12

o governo tinha eliminado o preço de referência do açúcar para efeitos aduaneiros e aumentou o preço de referência do gasóleo. Para além disso, irá: i) ajustar gradualmente o preço de referência do gasóleo importado aos níveis de mercado até ao fim de Junho, ii) ajustar os preços locais dos combustíveis mensalmente para permitir o repasse integral dos preços internacionais aos preços internos, iii) rever o preço de referência de certas importações (arroz, farinha, gasóleo) até ao fim do ano, com o objectivo de aumentá-lo para níveis de mercado como parte do orçamento de 2012 e iv) reduzir ou eliminar as isenções aduaneiras a serem identificadas pelo governo nesta avaliação. Anualmente, estas medidas poderão gerar entre 0,5 e 1 por cento do PIB.

### Caixa 1. Cooperação Sul-Sul na Guiné-Bissau

**Tradicionalmente, os principais parceiros de desenvolvimento da Guiné-Bissau têm sido a União Europeia (UE), os doadores bilaterais europeus e as organizações multilaterais, como o Banco Mundial, o Banco Africano de Desenvolvimento, as Nações Unidas e a Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO).** No biénio 2000-2009, entre os doadores que comunicam valores ao Comité de Ajuda ao Desenvolvimento (DAC) da OCDE, a UE (USD 294 milhões), Portugal (USD 132 milhões), o Banco Mundial (USD 125 milhões), a Itália (USD 78 milhões) e a Espanha (USD 55 milhões) prestaram a maioria da ajuda ao desenvolvimento da Guiné-Bissau. Estes números não incluem, no entanto, a ajuda ao desenvolvimento de importantes agentes de cooperação Sul-Sul.

**Normalmente a ajuda dos agentes de cooperação Sul-Sul na Guiné-Bissau inclui o financiamento de projectos, frequentemente de infra-estrutura, e assistência técnica.** Entre os doadores do Sul temos Angola, Brasil e China.

*Angola* doou USD 12 milhões (cerca de 1,3 por cento do PIB) em Fevereiro de 2011, que as autoridades pretendem usar para financiar estradas e projectos agrícolas, para além de pagar atrasados de anos anteriores ao sector privado. Em Outubro de 2010, Angola anunciou que abriria uma linha de crédito de USD 25 milhões de apoio a empresários de ambos os países que queiram investir na Guiné-Bissau. Em 2008, Angola doou USD 10 milhões em apoio ao orçamento. Ademais da ajuda financeira, Angola tem se envolvido activamente na reforma da segurança.

O *Brasil* tem cooperado com a Guiné-Bissau em vários sectores. Tem prestado assistência técnica para aumentar a produção agrícola; criou centros de formação para as forças armadas, a polícia, professores e ex-combatentes; e a ajudou a criar capacidade no combate ao VIH/SIDA. O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) estima que a ajuda bilateral do Brasil à Guiné-Bissau totalizou USD 6,2 milhões no período 2006-2009.

A *China* realizou vários grandes projectos em Bissau, inclusivamente um estádio de 20 mil lugares, o prédio da Assembleia Nacional (USD 6 milhões), uma nova sede do governo (USD 12 milhões), que abriga 12 ministérios, e um hospital (USD 8 milhões). A China também prestou assistência técnica na melhoria da produção de arroz.

## B. Modernização da Administração Pública

13. **Com o objectivo de melhorar a eficácia da função pública, o governo aprovou em Março um plano de acção para a reforma da administração pública.**

O plano destina-se a reduzir o quadro de funcionários e a melhorar as qualificações e as condições de trabalho dos funcionários públicos (ver Caixa 2). Apesar de a reforma ser gradual e de que os números só serão finalizados após a unificação do sistema de pagamentos salariais, o plano começa a alinhar o rácio de funcionários com a norma na área da UEMOA.

MPEF¶17

14. **O governo começou a usar o sistema unificado de pagamentos salariais na maioria dos ministérios em Março.** Os próximos passos serão alargar o sistema de pagamentos a todos os ministérios e iniciar a utilização do sistema de gestão de pessoal (SIGRHAP), a ser implementado com o apoio da UE, no Outono deste ano, o que permitirá ao governo ter melhor controlo, registo e gestão da folha salarial.

MPEF¶18

### Caixa 2: Plano de Acção para a Reforma da Administração Pública

**A modernização da administração pública através das reformas da função pública e da segurança tem estado no centro da agenda de reformas na Guiné-Bissau há muitos anos.** O censo biométrico completo realizado pelo governo em Junho do ano passado resultou numa relação precisa de todos os funcionários públicos e ajudou o governo a lançar as bases do plano de acção de médio prazo para a reforma da administração pública. O calendário para a sua implementação abrange 2011-15. O plano foi preparado pelo Ministério da Função Pública e do Trabalho, com a assistência do Programa de Reforma da Administração Pública da UE (PARAP).

**Em Março, o governo aprovou o seu plano de reforma da administração pública.**

- *Os objectivos principais são:* reduzir o tamanho da função pública, de modo a começar a reduzir o rácio de funcionários de 10 para 6-7 trabalhadores por 1.000 habitantes, em linha com a área da UEMOA; melhorar as qualificações e as condições de trabalho dos funcionários públicos; e aumentar a eficácia e a qualidade da administração pública.
- *As medidas identificadas no plano incluem:* i) aposentação de todos os funcionários acima da idade de aposentação obrigatória, ii) reinserção do grupo de funcionários públicos incluídos no quadro em excesso (“excedentários”) no sector privado, iii) formação dos funcionários que permanecerão na administração pública e todos aqueles que forem reinseridos no sector privado e iv) revisão da grelha salarial.

15. **O governo está a coordenar com os seus parceiros a implementação da reforma do sector de defesa e segurança.** O governo aprovou em Março o roteiro da reforma, elaborado com a coordenação da CEDEAO e da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). A reforma está a ser apoiada por Angola, que aumentou a sua participação ministrando acções de formação e melhorando as condições de vida e a infra-estrutura das forças policiais e militares. Os aspectos da reforma conduzidos por civis estão a ser apoiados pela ONU no âmbito do seu Plano Prioritário para a Guiné-Bissau aprovado em Fevereiro, com a atribuição de USD 16 milhões.

### C. Redução da Pobreza

16. **O governo está a concluir a sua estratégia quinquenal de redução da pobreza (DENARP).** Para assegurar a sua implementação, o governo melhorará a coordenação com os doadores e os parceiros de desenvolvimento. As prioridades são identificar projectos económicos alinhados ao DENARP, implementar integralmente o programa de investimento público (PIP) e manter os gastos nas áreas prioritárias identificadas pelo governo: saúde, educação e infra-estrutura.

MPEF¶14

### D. Gestão da Dívida e Garantias Financeiras

17. **Os resultados da análise da sustentabilidade dívida (ASD) de países de baixo rendimento indicam que a Guiné-Bissau enfrenta um risco moderado de sobreendividamento.**<sup>1</sup> Isso pressupõe a prestação integral de assistência HIPC, ajuda bilateral adicional do Clube de Paris para além da HIPC, complementações e alívio da dívida no âmbito da Iniciativa de Alívio da Dívida Multilateral. Apesar de se prever que os principais indicadores da dívida se manterão abaixo dos limiares dependentes de políticas (Tabela 7), os testes de stress revelam que o país está vulnerável a choques, sobretudo para as exportações.

18. **O governo está a tomar medidas para implementar o ponto de conclusão da HIPC.** Após o ponto de conclusão, o governo enviou cartas a todos os credores externos para que confirmassem a sua intenção de prestar assistência HIPC e complementar o alívio da dívida (o chamado “*topping up*”). Portugal, o maior credor fora do Clube de Paris, e a Argélia concordaram, em princípio, em perdoar 100 por cento dos seus créditos. As negociações com Angola estão em andamento e as autoridades estão a avaliar as propostas de reestruturação da Arábia Saudita e do Kuwait. O Banco Islâmico de Desenvolvimento e a Caixa Geral de Depósitos indicaram a sua disposição de reestruturarem os seus créditos. A CGD é o único credor comercial de Guiné-Bissau; a totalidade dessa dívida está em atraso e é passível de reestruturarão no âmbito da HIPC. A reunião do Clube de Paris para fechar um novo acordo de implementação do ponto de conclusão da HIPC está agendada para Maio.

MPEF¶25

<sup>1</sup> Relatório do FMI N° 10/380.

19. **O governo preparou um plano de acção para reforçar a gestão da dívida.** Planeia contratar e formar novos técnicos, gerar relatórios electrónicos trimestrais sobre a dívida pública até Junho de 2011 e usar o sistema de gestão da dívida (SYGADE) até Dezembro para registar, monitorizar e gerir toda a dívida pública, com a assistência da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD). MPEF¶21

20. **O governo solicitou a renegociação da dívida detida pelo Banco Central dos Estados da África Ocidental (BCEAO).** As dívidas ao BCEAO (cerca de FCFA 90 mil milhões ou 20 por cento do PIB) referem-se à contribuição de capital exigida para aderir ao UEMOA e outras obrigações decorrentes de acordos de reescalonamento anteriores. MPEF¶22

21. **O governo prosseguirá com a sua estratégia de médio a longo prazo de liquidação de atrasados internos.** O governo continuará a pagar os atrasados auditados e confirmados anteriores a 1999 (3,3 por cento do PIB no fim de 2010). Uma equipa de auditores independentes emitiu um relatório de auditoria preliminar sobre os atrasados de 2000-07, estimados em cerca de 18,4 por cento do PIB. As autoridades estão a verificar a auditoria e planeiam registar no Tesouro e incorporar os atrasados confirmados na sua estratégia de médio a longo prazo de regularização dos atrasados, para realizar pagamentos anuais coerentes com os recursos disponíveis. MPEF¶23

#### IV. MONITORIZAÇÃO E RISCOS DO PROGRAMA

##### A. Monitorização do Programa

22. **Todos os critérios de desempenho e indicadores de referência estruturais do programa para 2011 se mantêm inalterados** (Tabelas 8 e 9). As metas indicativas de receitas, gastos sociais e outras despesas prioritárias e défice primário interno foram ajustadas de acordo com as projecções fiscais revistas para 2011 (Tabela 8). A terceira avaliação está prevista para Dezembro de 2011 e a quarta para Maio de 2012 (Tabela 10).

23. **A base de definição de dívida externa no Memorando Técnico de Entendimento foi alterada de origem para moeda,** de acordo com os esforços do FMI para harmonizar a definição de dívida externa nos países da área da UEMOA.

##### B. Riscos do Programa

24. **A Guiné-Bissau enfrenta riscos significativos, mas os riscos para os recursos do FMI são moderados.** As principais preocupações são a instabilidade política, a vulnerabilidade a choques externos e a possibilidade de apoio insuficiente dos doadores, inclusivamente em termos de atrasos nos desembolsos. A capacidade do país para reembolsar o Fundo é razoavelmente sólida (Tabela 11). Os riscos para os recursos do Fundo são atenuados essencialmente pelo papel do BCEAO como agente fiscal e o seu sólido historial em termos de pagamentos ao FMI, mesmo sem o reembolso por parte da Guiné-Bissau.

## V. QUESTÕES ESTATÍSTICAS E CAPACITAÇÃO

25. **As autoridades concordaram com a necessidade de uma melhor divulgação de dados e de capacitação para garantir a eficácia das reformas fiscais.** As autoridades publicarão dados preliminares das contas nacionais do exercício de 2010, com base no SCN 93, este ano. Será mantida a publicação do índice de preços no consumidor harmonizado da UEMOA. O FMI está a prestar apoio técnico nas áreas de gestão financeira pública, administração fiscal e estatísticas das contas nacionais (ver Caixa 3).

### Caixa 3: Prioridades de Assistência Técnica

**As autoridades identificaram as seguintes prioridades:**

*Administração fiscal:* O objectivo é fortalecer os desalfandegamentos e a unidade de arrecadação de impostos internos. Em 2010, a missão de assistência técnica do Departamento de Finanças Públicas fez recomendações nestas áreas e o governo incorporou-as ao seu programa económico.

*Política fiscal:* Os objectivos de curto prazo são ampliar a base tributária, incluindo a eliminação de lacunas fiscais, e consolidar e racionalizar as isenções fiscais. Um objectivo de médio prazo é implementar um sistema de IVA.

*Gestão da dívida:* Após o ponto de conclusão da HIPC, o objectivo é reforçar a unidade de dívida pública do Ministério das Finanças para registar, administrar e gerar relatórios trimestrais sobre a dívida pública.

*Despesa pública e gestão financeira:* O objectivo é melhorar a elaboração do orçamento e controlar a sua execução; fortalecer os processos contabilísticos e de registo e emissão de relatórios; e reforçar controlos internos e externos.

*Estatísticas:* As autoridades estão a trabalhar no fortalecimento das estatísticas de contas nacionais com base no SCN 98.

## VI. AVALIAÇÃO DO CORPO TÉCNICO

26. **O corpo técnico congratula-se com o desempenho satisfatório das autoridades no âmbito do programa apoiado pela ECF.** O governo manteve a estabilidade macroeconómica apesar das circunstâncias difíceis e da insuficiência do apoio ao orçamento no ano transacto.

27. **O governo manteve o ritmo das reformas económicas.** Tomou medidas para mobilizar mais receitas e melhorar a gestão das finanças públicas. Será importante para o

governo levar por diante os seus planos de modernização da administração pública e de renovação do sistema de gestão do pessoal.

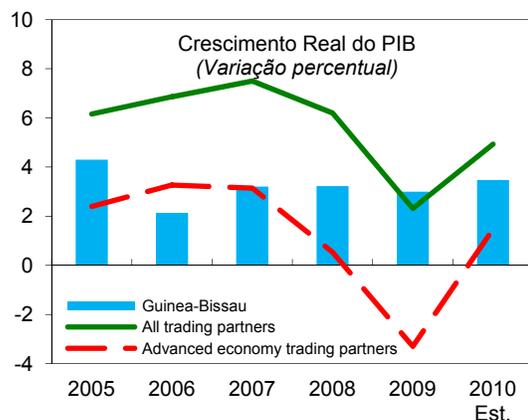
28. **O corpo técnico apoia a decisão das autoridades de repassar os aumentos mundiais dos preços dos alimentos e combustíveis aos preços internos e de eliminar os subsídios de importação.** A aproximação dos preços aduaneiros aos níveis de mercado encorajará consumidores e produtores a se ajustarem com o tempo e ajudará a criar o tão necessário espaço fiscal para a realização de gastos sociais e outras despesas prioritárias.

29. **A implementação do alívio da dívida HIPC e uma estratégia prudente de gestão da dívida serão essenciais para garantir a sustentabilidade da dívida.** A busca de acordos de reestruturação da dívida com os credores externos deve ser uma prioridade para o governo. O desenvolvimento de uma estratégia prudente de gestão da dívida e o reforço da unidade com o apoio dos parceiros de desenvolvimento são imperativos na sequência do ponto de conclusão da HIPC.

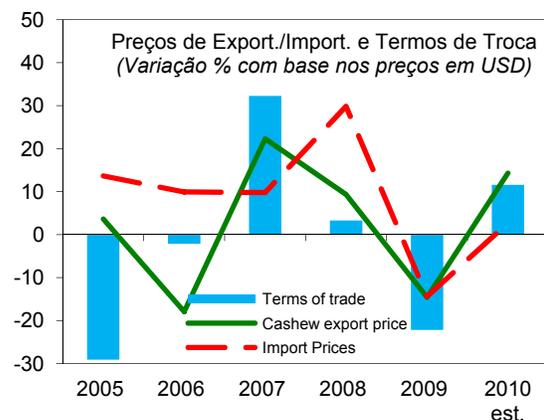
30. **O corpo técnico recomenda a conclusão da segunda avaliação ao abrigo do acordo ECF e a avaliação das garantias financeiras e apoia o pedido das autoridades para o terceiro desembolso no âmbito do acordo ECF trienal.** O desempenho satisfatório das autoridades face a circunstâncias difíceis, os seus esforços em levar adiante reformas económicas e o seu compromisso com a implementação bem-sucedida do programa, expresso na sua Carta de Intenções (Anexo I), justificam o apoio do FMI.

**Figura 1. Guiné-Bissau: Desenvolvimentos Económicos, 2005-10**

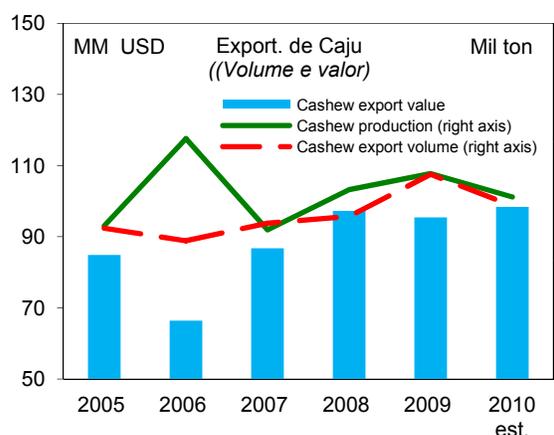
*O crescimento PIB acelerou em 2010, impulsionado pelos ...*



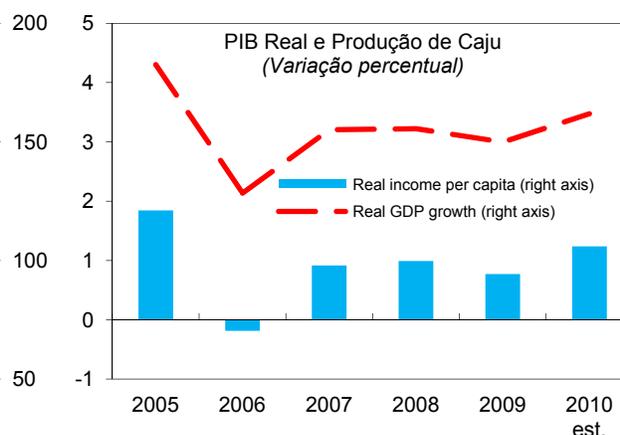
*... ganhos nos termos de troca devido à subida dos preços de caju.*



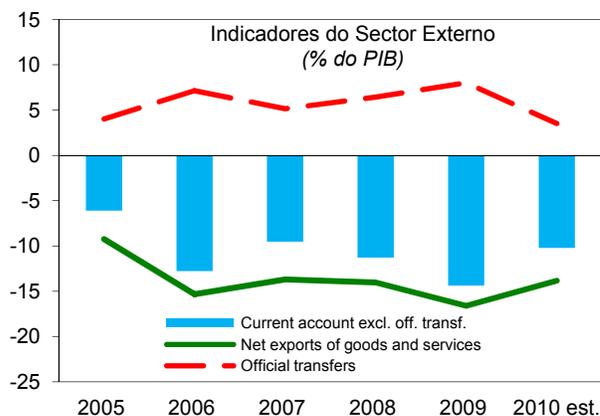
*A subida das receitas de exportação de caju ...*



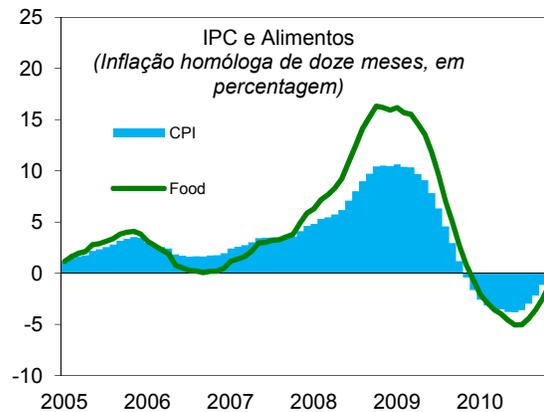
*... sustentou o aumento do rendimento disponível e da procura interna e*



*... contribuiu para reduzir o défice da conta corrente externa.*



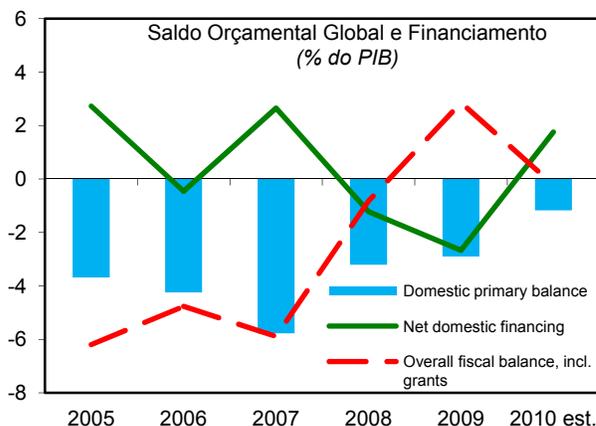
*A inflação acelerou mas manteve-se dentro da meta da UEMOA.*



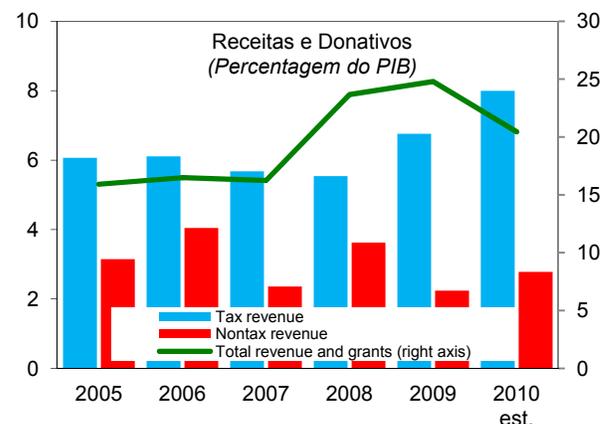
Fontes: Autoridades guineenses e estimativas dos técnicos do FMI.

**Figura 2. Guiné-Bissau: Políticas Macroeconómicas, 2005-10**

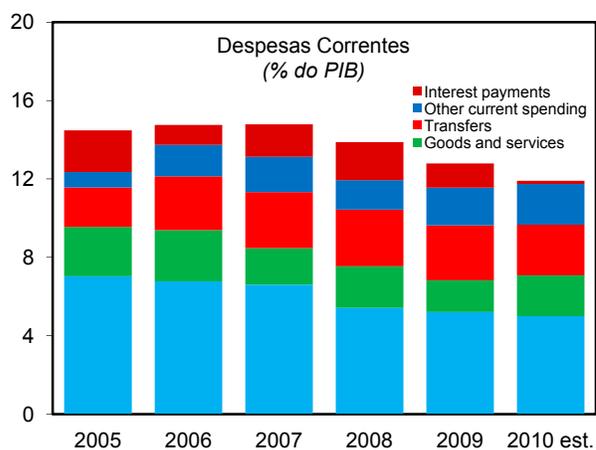
*O desempenho orçamental foi satisfatório,...*



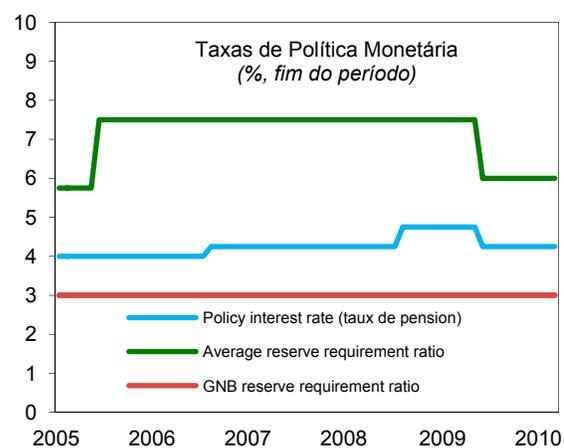
*... com receitas acima do previsto no programa a compensar em parte a quebra no apoio ao orçamento,*



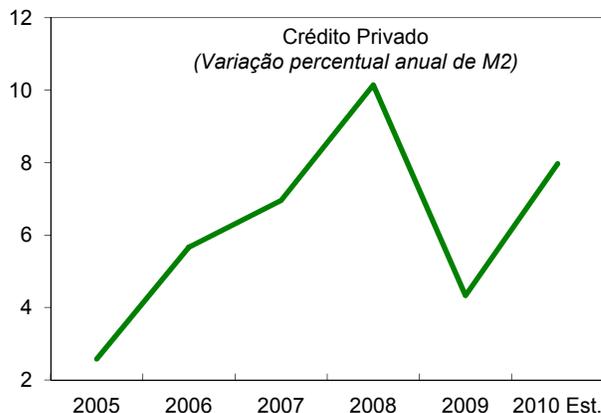
*... e o governo conteve as despesas correntes.*



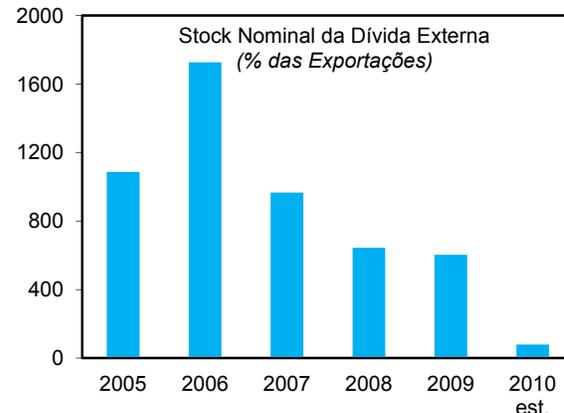
*A política monetária da UEMOA foi acomodática, ...*



*... e o crédito ao sector privado voltou a crescer.*



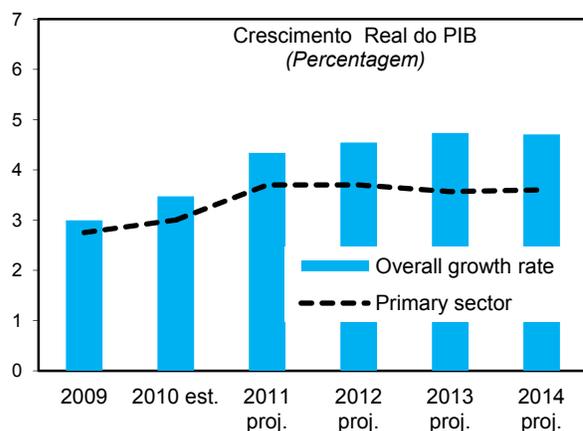
*O endividamento caiu bastante com o alívio da dívida.*



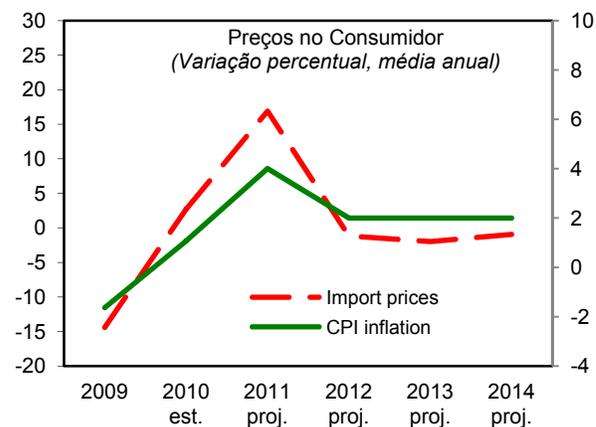
Fontes: Base de dados do Departamento de África; BCEAO, autoridades guineenses e estimativas do FMI.

**Figura 3. Guiné-Bissau: Perspectivas de Médio Prazo, 2009-14**

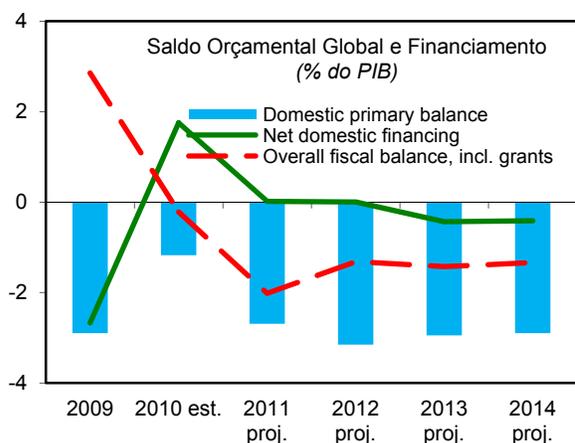
*Previsão de ligeira retoma do crescimento, ...*



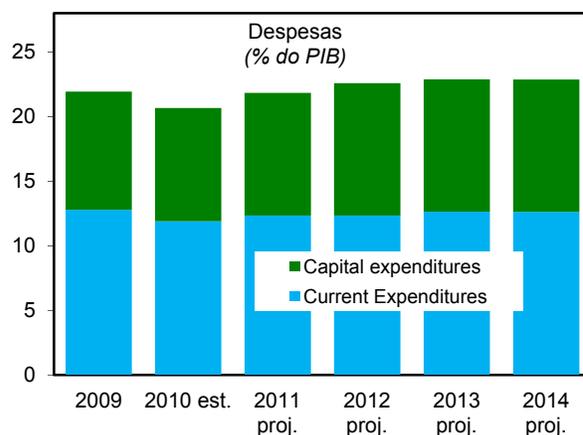
*... com aumento temporário da inflação em 2011.*



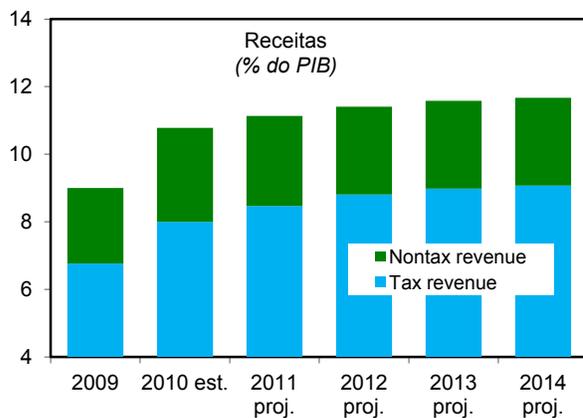
*O défice primário interno será contido, em linha com o financiamento disponível...*



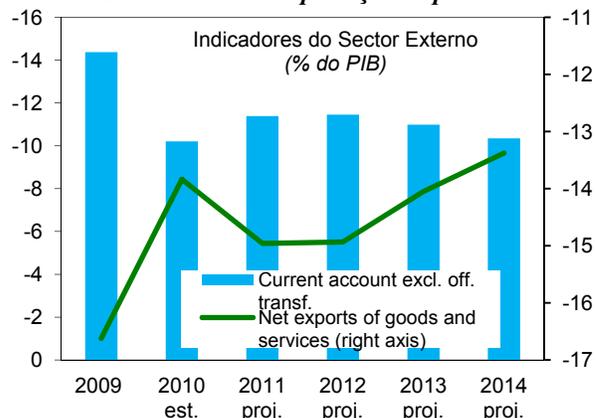
*... através da contenção de despesas, alívio da dívida e ...*



*... aumento da arrecadação de receita.*

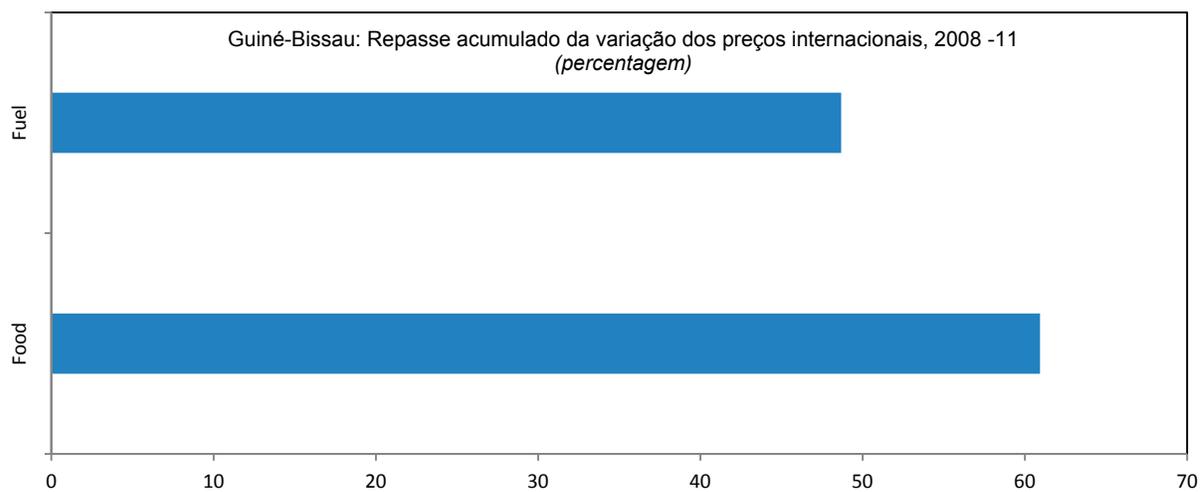
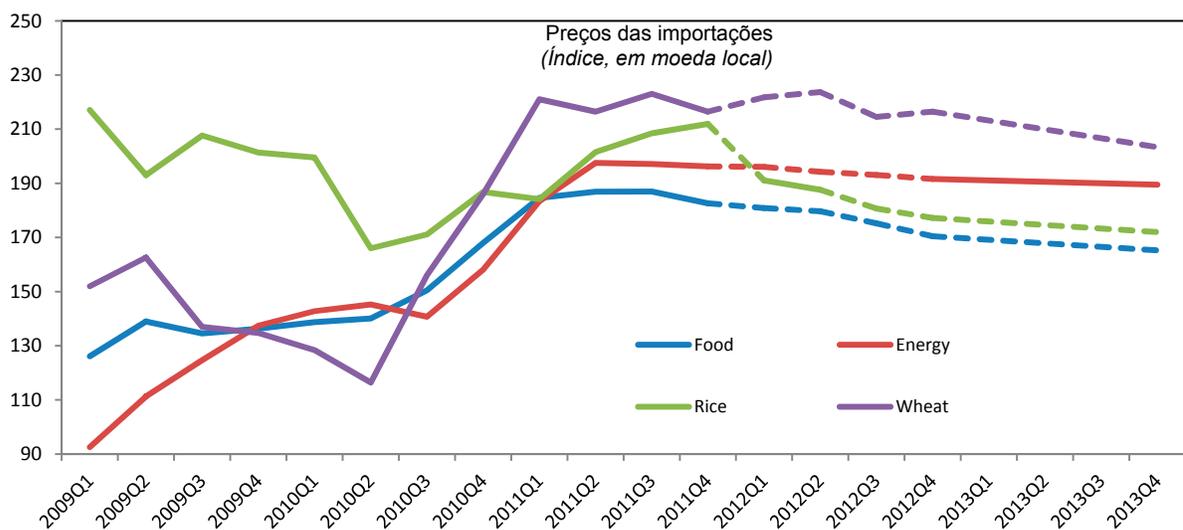
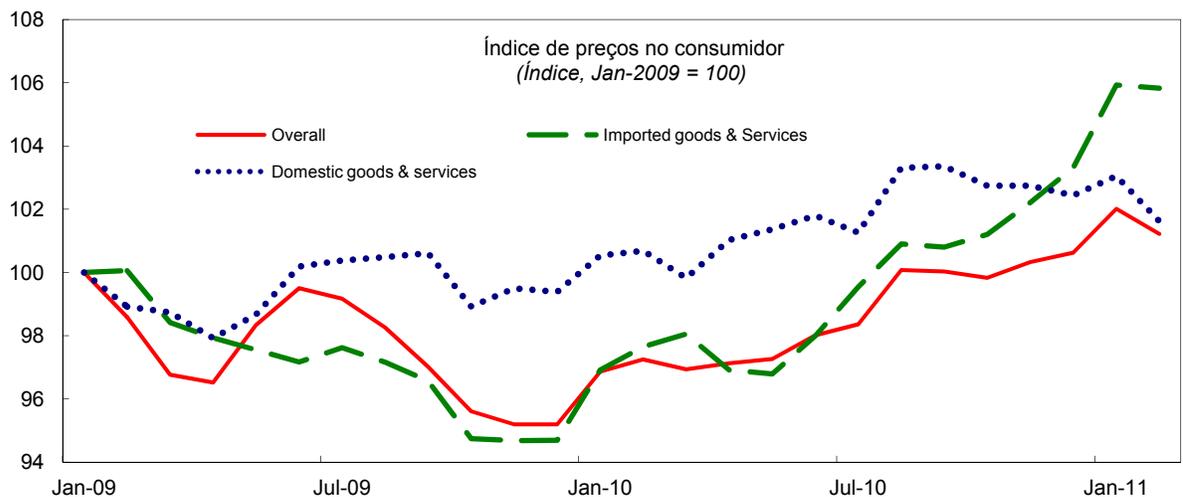


*O défice da conta corrente externa deve ser contido, em linha com as exportações líquidas.*



Fontes: Autoridades guineenses e estimativas e projecções dos técnicos do FMI.

**Figura 4. Guiné-Bissau: Impacto dos Preços de Alimentos e Combustíveis na inflação**



Fontes: Autoridades guineenses e estimativas e projecções dos técnicos do FMI.

Tabela 1. Guiné-Bissau: Principais Indicadores Económicos e Financeiros, 2008-14

	2008	2009	2010		2011		2012	2013	2014
			Prog. <sup>1</sup>	Est.	Prog. <sup>2</sup>	Proj.			
(Variação percentual anual, salvo indicação em contrário)									
Contas nacionais e preços									
PIB real a preços de mercado	3,2	3,0	3,5	3,5	4,3	4,3	4,5	4,7	4,7
PIB real per capita	1,0	0,8	0,5	1,2	2,1	2,1	2,3	2,5	2,4
Deflador do PIB	10,5	1,1	2,4	1,7	2,1	3,8	1,8	2,2	1,9
Índice de preços no consumidor (média anual)	10,4	-1,6	2,5	1,1	2,5	4,0	2,0	2,0	2,0
Sector externo									
Exportações, fob (com base em valores em USD)	13,1	-3,6	13,6	2,1	11,2	16,4	0,6	2,9	2,8
Importações, fob (com base em valores em USD)	18,8	1,5	9,2	-2,9	6,0	19,9	2,7	0,5	0,9
Volume de exportações	3,4	12,9	4,3	-10,6	7,4	3,6	5,7	4,8	4,7
Volume de importações	-8,5	18,6	3,3	-5,5	5,1	2,6	3,9	2,5	1,9
Termos de troca (deterioração = -)	3,3	-22,2	5,6	11,6	2,7	-4,5	-3,6	0,2	-0,9
Taxa de câmbio efectiva real (desvalorização = -)	7,0	-1,8	1,4	-0,5	1,2	2,1	0,4	0,4	0,2
Taxa de câmbio nominal (FCFA por USD; média)	445,7	471,0	450,0	494,4	501,7	479,2	481,6	485,3	489,4
Finanças públicas									
Receitas internas (excl. donativos)	30,0	2,3	21,5	26,1	10,4	11,8	9,0	8,7	7,6
Despesas totais	26,2	-6,7	16,0	-0,9	6,9	14,4	10,1	8,5	6,7
Despesas correntes	7,0	-4,0	13,1	-2,0	7,7	12,3	6,4	9,6	6,6
Despesa de capital	64,7	-10,1	20,2	0,7	5,8	17,4	14,9	7,1	6,7
Moeda e crédito									
Activos internos líquidos <sup>3</sup>	19,7	-10,9	2,0	15,9	1,6	5,4	2,1	0,4	0,5
Crédito ao governo (líquido)	8,4	-10,5	0,2	7,0	0,0	0,0	0,0	-1,7	-1,7
Crédito à economia	10,1	4,3	0,8	8,0	1,6	2,1	2,1	2,1	2,2
Velocidade (PIB/meios de pagamento)	4,1	3,8	3,8	3,6	3,2	3,6	3,6	3,8	3,9
(Em percentagem do PIB, salvo indicação em contrário) <sup>3</sup>									
Investimento e poupança									
Investimento bruto	8,7	10,1	16,3	9,8	14,9	10,9	11,2	11,2	11,2
Do qual: investimento do governo	4,2	5,1	10,0	4,8	8,6	5,2	5,5	5,5	5,5
Poupança interna bruta	-5,3	-6,6	3,7	-4,0	1,1	-4,0	-3,8	-2,8	-2,2
Da qual: poupança do governo	-11,1	-7,9	-8,3	-5,1	-4,1	-5,5	-5,7	-5,8	-5,7
Poupança nacional bruta	3,9	3,7	10,7	3,1	8,9	3,6	3,8	4,3	4,9
Finanças públicas									
Receitas orçamentais	9,2	9,0	10,3	10,8	10,7	11,1	11,4	11,6	11,7
Total das despesas primárias internas	12,4	11,9	14,2	12,0	12,5	13,8	14,6	14,5	14,6
Saldo primário interno	-3,2	-2,9	-3,9	-1,2	-1,7	-2,7	-3,2	-3,0	-2,9
Saldo global (base de compromissos)									
Incluindo donativos	-0,8	2,9	-3,2	-0,2	-2,3	-2,0	-1,3	-1,4	-1,3
Excluindo donativos	-15,3	-12,9	-13,6	-9,9	-9,8	-10,7	-11,2	-11,3	-11,2
Conta corrente externa (incl. transf. correntes oficiais)	-4,9	-6,4	-1,3	-6,7	-6,0	-7,3	-7,4	-6,9	-6,3
Excl. transferências oficiais	-11,3	-14,4	-5,9	-10,2	-8,8	-11,4	-11,5	-11,0	-10,3
VAL da dívida externa/export. de bens e serviços não factoriais (percentagem)	364,8	419,4	111,1	93,8	134,6	91,7	99,3	99,8	94,3
Stock nominal da dívida pública, incl. atrasados <sup>4,5</sup>	167,5	157,9	54,1	50,0	62,0	47,6	46,2	43,7	40,5
Do qual: dívida externa, incl. atrasados	132,7	121,9	28,4	20,1	34,3	20,7	21,3	21,1	19,9
Do qual: atrasados <sup>4</sup>	49,6	48,9	10,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
(Milhões de USD, salvo indicação em contrário)									
Por memória:									
Saldo da conta corrente (incl. transferências oficiais)	-41,1	-53,1	-11,4	-56,0	-51,9	-68,3	-73,1	-72,6	-69,8
Balança de pagamentos global	-16,9	-11,6	-806,6	-918,4	1,0	-0,1	0,1	-8,5	-15,5
PIB nominal a preços de mercado (mil milhões de FCFA)	377,5	393,1	418,8	413,7	443,9	447,9	476,9	510,5	544,8
Stock nominal de atrasados externos, fim do período <sup>4</sup>	388,6	427,5	92,8	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0

Fontes: Autoridades guineenses e estimativas e projecções do FMI.

<sup>1</sup> Em Maio de 2010 (Relatório do FMI N° 10/117).

<sup>2</sup> Em Dezembro de 2010 (Relatório do FMI N° 10/379).

<sup>3</sup> Contributo percentual ao crescimento dos meios de pagamento.

<sup>4</sup> Os valores a partir de 2010 reflectem o impacto presumido do alívio da dívida HIPC e MDRI e as estimativas para 2010 incluem o *topping up*.

<sup>5</sup> No fim de 2010, incluiu 8,3 por cento do PIB em atrasados internos, formados por atrasados anteriores a 1999 (3,3 por cento do PIB) e estimativas preliminares dos atrasados de 2000-07 registados no Tesouro (5 por cento do PIB). Não incluiu as estimativas preliminares dos atrasados de 2000-07 (13,4 por cento do PIB) não registados no Tesouro.

Tabela 2. Guiné-Bissau: Síntese Monetária, 2008-14

	2008	2009	2010		2011	2012	2013	2014
			Prog. <sup>1</sup>	Proj.				
(mil milhões de FCFA)								
Activos externos líquidos	66,6	80,6	72,6	76,6	80,1	83,7	87,1	90,5
Banco Central dos Estados da África Ocidental (BC)	53,0	61,4	58,3	62,4	65,2	68,1	70,9	73,7
Bancos comerciais	13,6	19,2	14,3	14,2	14,9	15,5	16,2	16,8
Activos internos líquidos	33,7	22,8	36,9	39,2	45,5	48,1	48,7	49,4
Crédito ao governo (líquido)	19,3	8,8	9,0	16,1	16,1	16,1	13,9	11,6
Crédito ao sector privado	17,4	21,8	24,7	30,0	32,5	35,1	37,9	40,8
Outras rubricas (líquido)	-3,0	-7,8	3,1	-6,8	-3,0	-3,0	-3,0	-3,0
Massa monetária (M2)	100,3	103,4	109,5	115,9	125,6	131,8	135,7	139,9
Moeda fora dos bancos	64,4	64,4	64,2	70,9	76,8	80,6	83,0	85,6
Depósitos bancários	35,8	39,0	45,3	45,0	48,8	51,2	52,7	54,3
Base monetária (M0)	64,7	66,7	76,9	74,7	81,0	85,0	87,5	90,2
Contributo ao crescimento dos meios de pagamento								
Massa monetária (M2)	40,0	3,1	6,0	12,0	8,4	4,9	3,0	3,1
Activos externos líquidos	20,4	14,0	4,0	-3,8	3,0	2,8	2,6	2,6
BCEAO	12,0	8,3	3,2	1,0	2,4	2,3	2,1	2,1
Bancos comerciais	8,4	5,6	0,8	-4,8	0,6	0,5	0,5	0,5
Activos internos líquidos	19,7	-10,9	2,0	15,9	5,4	2,1	0,4	0,5
Crédito ao governo central	8,4	-10,5	0,2	7,0	0,0	0,0	-1,7	-1,7
Crédito ao sector privado	10,1	4,3	0,8	8,0	2,1	2,1	2,1	2,2
Outras rubricas, líquido	1,2	-4,7	1,0	0,9	3,3	0,0	0,0	0,0
<i>Por memória:</i>								
Massa monetária (M2, / dez t-1)	40,0	3,1	6,0	12,0	8,4	4,9	3,0	3,1
Base monetária (M0, / dez t-1)	21,6	25,4	6,0	12,0	8,4	4,9	3,0	3,1
Crédito ao sector privado (/ dez t-1)	71,5	24,9	3,6	37,9	8,3	8,0	7,9	7,8
Velocidade (PIB/M2)	3,8	3,8	3,8	3,6	3,6	3,6	3,8	3,9
Multiplicador monetário (M2/M0)	1,6	1,6	1,4	1,6	1,6	1,6	1,6	1,6
Moeda em poder do público / M2 (em %)	64,3	62,3	58,7	61,2	61,2	61,2	61,2	61,2

Fontes: BCEAO e estimativas e projecções dos técnicos do FMI.

<sup>1</sup> Em Maio de 2010 (Relatório do FMI Nº 10/117).

Tabela 3. Guiné-Bissau: Balança de Pagamentos, 2008-14

	2008	2009	2010		2011		2012	2013	2014
			Prog. <sup>1</sup>	Est.	Proj. <sup>2</sup>	Proj.			
	(mil milhões de FCFA)								
Bens e serviços	-53,0	-65,3	-34,6	-57,3	-55,0	-67,0	-71,2	-71,7	-72,9
Bens	-34,5	-40,0	-12,9	-37,8	-34,3	-45,9	-48,7	-47,7	-47,2
Exportações, fob	54,5	55,5	56,7	59,5	78,2	67,2	68,0	70,5	73,1
Das quais: castanha de caju	43,3	44,9	54,5	48,6	67,3	55,4	55,4	57,0	58,7
Importações, fob	-89,0	-95,5	-69,6	-97,3	-112,5	-113,1	-116,7	-118,2	-120,3
Das quais: alimentos	-28,2	-27,5	-25,4	-27,0	-31,8	-32,4	-32,4	-31,9	-31,8
produtos petrolíferos	-21,1	-20,5	-18,4	-21,1	-25,7	-26,5	-27,7	-28,0	-28,5
outros	-39,7	-47,5	-25,8	-49,2	-55,1	-54,2	-56,7	-58,3	-60,0
Serviços (líquidos)	-18,5	-25,4	-21,8	-19,5	-20,8	-21,1	-22,5	-24,1	-25,7
Crédito	5,4	5,4	24,8	5,7	6,1	6,2	6,6	7,0	7,5
Débito	-23,9	-30,8	-46,5	-25,2	-26,8	-27,3	-29,0	-31,1	-37,8
Rendimentos (juros programados)	-6,0	-4,8	-4,8	-0,5	-0,3	-0,2	-0,2	-1,9	-1,8
Transferências correntes (líquidas)	40,7	45,1	34,1	30,0	28,8	34,5	36,2	38,4	40,5
Oficiais <sup>3</sup>	24,3	31,5	19,5	14,5	12,5	18,3	19,4	20,8	22,2
Das quais: donativos em apoio à balança de pagamento	16,4	28,5	13,0	9,4	7,5	13,3	14,4	15,4	16,5
compensações da UE para o sector das pescas	7,9	3,0	6,5	5,2	5,0	5,0	5,0	5,4	5,8
Privadas	16,4	13,7	14,6	15,5	16,3	16,2	16,8	17,5	18,3
Das quais: remessas	14,8	10,9	11,4	12,1	12,9	12,8	13,2	13,7	14,2
taxas e licenças	1,4	2,6	3,0	3,1	3,1	3,1	3,3	3,6	3,8
Conta corrente									
Incl. transferências oficiais	-18,3	-25,0	-5,3	-27,7	-26,5	-32,7	-35,2	-35,3	-34,1
Excl. transferências oficiais	-42,6	-56,5	-24,8	-42,2	-39,1	-51,0	-54,6	-56,1	-56,4
Excl. transferências oficiais e pagamentos de juros	-36,5	-51,7	-20,0	-41,8	-38,8	-50,8	-54,4	-54,2	-54,6
Conta de capital e financeira	-0,7	13,5	-383,7	-408,4	21,1	32,7	35,2	31,1	26,5
Conta de capital <sup>4</sup>	38,4	34,6	33,5	30,8	25,9	25,9	32,9	35,2	37,6
Conta financeira	-39,0	-21,1	-417,2	-439,3	-4,8	6,8	2,4	-4,1	-11,0
Desembolsos oficiais de médio e longo prazo	0,1	8,5	4,7	4,7	9,4	9,4	4,8	5,1	5,5
Atribuição de DSE	0,0	7,5	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Empréstimos a projectos	0,1	1,0	4,7	4,7	9,4	9,4	4,8	5,1	5,5
Amortização programada	-12,8	-10,7	-362,4	-451,5	-0,6	-0,4	-0,5	-1,6	-5,5
Bilhetes do Tesouro e financiamento regional	0,0	0,0	-6,7	-6,7	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Activos externos líquidos dos bancos comerciais	-5,6	-5,9	-0,8	4,9	-2,5	-0,6	-0,7	-0,6	-0,6
AEL do sector privado e erros e omissões	-9,2	0,5	-35,3	5,4	-5,2	-1,7	-1,3	-7,0	-10,4
Saldo global	-7,5	-5,4	-375,6	-454,0	0,5	-0,1	0,1	-4,1	-7,6
Financiamento	7,5	5,4	375,6	454,0	-0,5	0,1	-0,1	4,1	7,6
Activos externos líquidos (aumento = -)	-8,6	-8,4	-3,3	4,0	-4,0	-3,5	-3,6	-3,4	-3,5
Alívio da dívida	4,9	5,7	365,4	450,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Variação dos atrasados do serviço da dívida (redução = -) <sup>5</sup>	11,2	8,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Défice bruto de financiamento <sup>6</sup>	0,0	0,0	13,4	0,0	3,5	3,5	3,5	7,5	11,1
Financiamento adicional	0,0	0,0	9,8	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Défice de financiamento residual	0,0	0,0	3,6	0,0	3,5	3,5	3,5	7,5	11,1
<i>Por memória:</i>									
Volume das exportações de bens (variação % anual)	3,4	12,9	4,3	-10,6	7,4	3,6	5,7	4,8	4,7
Volume das importações de bens (variação % anual)	-8,5	18,6	3,3	-5,5	5,1	2,6	3,9	2,5	1,9
Reservas internacionais imputadas									
Milhões de USD <sup>7</sup>	149,4	129,3	139,3	125,5	142,8	150,5	154,6	155,3	156,7
Como percentagem da massa monetária	66,4	58,9	55,6	53,6	58,7	57,4	56,5	55,5	54,8
Reservas oficiais líquidas da UEMOA (mil milhões de USD)	11,3	13,2	...	12,9	...	...	...	...	...
Percentagem da massa monetária	56,0	69,3	...	57,9	...	...	...	...	...
Meses de import. de bens e serv. não factor. da UEMOA	5,8	6,5	...	6,1	...	...	...	...	...
Serviço da dívida programado									
Percentagem das exportações e créditos de serviço	23,2	26,0	10,6	2,9	1,1	0,7	1,0	4,5	9,0
Percentagem das receitas totais do governo	40,3	44,9	20,1	4,2	1,9	1,1	1,3	5,9	11,4
Saldo da conta corrente (em percentagem do PIB)									
Incl. transferências oficiais	-4,9	-6,4	-1,3	-6,7	-6,0	-7,3	-7,4	-6,9	-6,3
Excl. transferências oficiais	-11,3	-14,4	-5,9	-10,2	-8,8	-11,4	-11,5	-11,0	-10,3
Saldo global (percentagem do PIB)	-2,0	-1,4	-4,1	-1,0	0,1	0,0	0,0	-0,8	-1,4
Défice bruto de financiamento (percentagem do PIB)	0,0	0,0	3,2	0,0	0,8	0,8	0,7	1,5	2,0

Fontes: BCEAO e estimativas e projecções dos técnicos do FMI

<sup>1</sup> Em Maio de 2010 (Relatório do FMI N° 10/117).

<sup>2</sup> Em Dezembro de 2010 (Relatório do FMI N° 10/379).

<sup>3</sup> Inclui a ajuda alimentar e a assistência técnica a projectos.

<sup>4</sup> Exclui o défice de financiamento, que o BCEAO incluiu na conta de capital.

<sup>5</sup> Em 2010, presume-se que os atrasados foram tratados no ponto de conclusão da HIPC.

<sup>6</sup> Presume-se que seja colmatado com recursos do FMI e ajuda adicional dos doadores.

<sup>7</sup> Às taxas de câmbio do programa.

Table 4. Guiné-Bissau: Operações do Governo Central, 2008-14

(mil milhões de FCFA)

	2008	2009	2010		2011		2012 Proj.	2013 Proj.	2014 Proj.
			Prog. <sup>1</sup>	Est.	Prog. <sup>2</sup>	Proj.			
Receita e donativos	89,3	97,5	86,6	84,6	80,9	88,8	101,4	109,5	117,3
Receita	34,6	35,4	43,0	44,6	47,7	49,9	54,4	59,1	63,6
Receitas tributárias	20,9	26,6	30,1	33,1	35,7	37,9	42,0	45,8	49,4
Receitas não tributárias	13,7	8,8	12,9	11,5	11,9	11,9	12,4	13,3	14,2
Compensações para o sector das pescas <sup>3</sup>	7,9	3,0	6,5	5,2	5,0	5,0	5,0	5,4	5,8
Donativos	54,7	62,1	43,6	40,0	33,2	38,9	47,1	50,4	53,8
Apoio ao orçamento <sup>4</sup>	16,4	28,5	13,0	9,4	7,5	13,3	14,4	15,4	16,5
Donativos para projectos	38,4	33,6	30,6	30,6	25,7	25,7	32,7	35,0	37,3
Despesas totais	92,4	86,3	100,1	85,5	91,3	97,9	107,7	116,9	124,6
Despesas correntes	52,4	50,3	56,9	49,3	52,9	55,3	58,9	64,5	68,8
Salários e ordenados	20,5	20,5	20,7	20,7	22,4	23,8	25,3	26,9	28,7
Bens e serviços	8,0	6,4	10,2	8,6	8,1	9,1	9,7	10,4	11,1
Transferências	10,9	11,0	12,7	10,7	12,4	12,6	13,4	14,3	15,6
Outras despesas correntes <sup>5</sup>	5,7	7,5	7,8	8,6	9,0	9,0	9,6	10,3	11,0
Juros programados	7,3	4,9	5,4	0,7	0,9	0,8	0,9	2,6	2,4
Juros internos	1,3	0,0	0,6	0,2	0,6	0,6	0,6	0,7	0,7
Juros externos	6,0	4,8	4,8	0,5	0,3	0,2	0,2	1,9	1,8
Despesas de capital e empréstimos líquidos	40,0	36,0	43,3	36,2	38,4	42,5	48,9	52,3	55,9
Programa de investimento público	39,6	35,7	42,0	35,8	37,8	41,9	47,2	50,6	54,0
Com financiamento interno	1,2	1,0	6,6	0,5	2,7	6,8	9,8	10,5	11,2
Com financiamento externo	38,4	34,6	35,4	35,4	35,1	35,1	37,5	40,1	42,8
Outras despesas de capital	0,4	0,3	1,2	0,4	0,6	0,6	1,6	1,8	1,9
Com financiamento interno	0,4	0,3	1,2	0,4	0,6	0,6	1,6	1,8	1,9
Saldo global, incl. donativos (compromissos)	-3,1	11,2	-13,5	-0,9	-10,4	-9,1	-6,3	-7,4	-7,3
Saldo global, excl. donativos (compromissos)	-57,8	-50,9	-57,1	-40,9	-43,6	-48,0	-53,4	-57,8	-61,1
Atrasados internos líquidos	4,8	-4,9	-7,9	-7,7	-1,9	-3,5	-1,5	-1,5	-1,5
Acumulação no ano corrente	10,7	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Pagamentos de anos anteriores	-5,9	-4,9	-7,9	-7,7	-1,9	-3,5	-1,5	-1,5	-1,5
Atrasados de juros externos, ano corrente	5,2	4,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Floa e discrepâncias estatísticas	-0,4	0,0	0,0	-1,8	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Saldo total, incl. donativos (base de caixa)	6,4	10,7	-21,5	-10,5	-12,3	-12,6	-7,8	-8,9	-8,8
Financiamento	-6,4	-10,7	21,5	10,5	12,3	12,6	7,8	8,9	8,8
Financiamento interno	-4,6	-10,5	0,2	7,2	0,0	0,0	0,0	-2,2	-2,3
Financiamento bancário	-4,6	-10,5	0,2	7,2	0,0	0,0	0,0	-2,2	-2,3
Do qual: Bancos nacionais	-5,3	-2,5	-4,2	-3,7	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Regional (incl. BTs)	0,0	0,0	-6,7	-6,7	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
BCEAO <sup>6</sup>	0,7	-8,0	11,2	17,7	0,0	0,0	0,0	-2,2	-2,3
Financiamento externo (líquido)	-1,8	-0,2	7,8	3,2	8,8	9,1	4,3	3,5	0,0
Desembolsos	0,1	1,0	4,7	4,7	9,4	9,4	4,8	5,1	5,5
Projectos	0,1	1,0	4,7	4,7	9,4	9,4	4,8	5,1	5,5
Amortização (programada e atrasados)	-12,8	-10,7	-362,4	-451,5	-0,6	-0,4	-0,5	-1,6	-5,5
Atrasados externos <sup>7</sup>	6,0	3,7	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Alívio da dívida	4,9	5,7	365,4	450,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Défice bruto de financiamento (+ = financiamento)	0,0	0,0	13,4	0,0	3,5	3,5	3,5	7,6	11,1
Financiamento adicional <sup>8</sup>	0,0	0,0	9,8	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Défice residual de financiamento <sup>9</sup>	0,0	0,0	3,6	0,0	3,5	3,5	3,5	7,6	11,1
Saldo primário interno	-12,1	-11,4	-16,3	-4,9	-7,6	-12,1	-15,1	-15,1	-15,8
Receitas	34,6	35,4	43,0	44,6	47,7	49,9	54,4	59,1	63,6
Despesas primárias	46,7	46,8	59,3	49,5	55,3	61,9	69,4	74,2	79,4

Fontes: Autoridades guineenses e estimativas e projecções do FMI.

<sup>1</sup> Em Maio de 2010 (Relatório do FMI N° 10/117).<sup>2</sup> Em Dezembro de 2010 (Relatório do FMI N° 10/379).<sup>3</sup> Em 2010, inclui o desembolso de uma tranche da compensação da UE para o sector das pescas, contra duas tranches pressupostas no programa.<sup>4</sup> Em 2009, inclui FCFA 5,2 mil milhões (8 milhões de euros) da V-Flex 2009 da UE para pagamento dos atrasados de 2008.<sup>5</sup> A partir de 2012, incorpora pagamentos de demissões de excedentários identificados no plano de acção para a reforma da administração pública.<sup>6</sup> A partir de 2013, pressupõe o pagamento da dívida interna programada devida ao BCEAO e o reescalonamento de juros programados, da amortização a vencer em 2010 e do principal a vencer em 2011 e 2012 de acordo com as condições de reescalonamentos anteriores.<sup>7</sup> Em 2010, presume-se que os atrasados tenham sido tratados como alívio da dívida no ponto de conclusão HIPC.<sup>8</sup> Colmatado pelo V-Flex da UE em 2010.<sup>9</sup> Presume-se que seja colmatado com recursos do FMI no âmbito do acordo ECF até 2012.

Table 4. Guiné-Bissau: Operações do Governo Central, 2008-14 (conclusão)

(Porcentagem do PIB)

	2008	2009	2010		2011		2012	2013	2014
			Prog. <sup>1</sup>	Est.	Prog. <sup>2</sup>	Proj.			
Receita e donativos	23,7	24,8	20,7	20,4	18,2	19,8	21,3	21,4	21,5
Receitas	9,2	9,0	10,3	10,8	10,7	11,1	11,4	11,6	11,7
Receitas tributárias	5,5	6,8	7,2	8,0	8,1	8,5	8,8	9,0	9,1
Receitas não tributárias	3,6	2,2	3,1	2,8	2,7	2,7	2,6	2,6	2,6
Compensações para o sector das pescas <sup>3</sup>	2,1	0,8	1,6	1,2	1,1	1,1	1,1	1,1	1,1
Donativos	14,5	15,8	10,4	9,7	7,5	8,7	9,9	9,9	9,9
Apoio ao orçamento <sup>4</sup>	4,3	7,3	3,1	2,3	1,7	3,0	3,0	3,0	3,0
Donativos para projectos	10,2	8,5	7,3	7,4	5,8	5,7	6,8	6,8	6,8
Despesas totais	24,5	21,9	23,9	20,7	20,6	21,8	22,6	22,9	22,9
Despesas correntes	13,9	12,8	13,6	11,9	11,9	12,4	12,3	12,6	12,6
Salários e ordenados	5,4	5,2	5,0	5,0	5,1	5,3	5,3	5,3	5,3
Bens e serviços	2,1	1,6	2,4	2,1	1,8	2,0	2,0	2,0	2,0
Transferências	2,9	2,8	3,0	2,6	2,8	2,8	2,8	2,8	2,9
Outras despesas correntes <sup>5</sup>	1,5	1,9	1,9	2,1	2,0	2,0	2,0	2,0	2,0
Juros programados	1,9	1,2	1,3	0,2	0,2	0,2	0,2	0,5	0,4
Juros internos	0,3	0,0	0,2	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
Juros externos	1,6	1,2	1,1	0,1	0,1	0,0	0,0	0,4	0,3
Despesas de investimento e empréstimos líquidos	10,6	9,2	10,3	8,8	8,6	9,5	10,3	10,3	10,3
Programa de investimento público	10,5	9,1	10,0	8,7	8,5	9,4	9,9	9,9	9,9
Com financiamento interno	0,3	0,3	1,6	0,1	0,6	1,5	2,1	2,1	2,1
Com financiamento externo	10,2	8,8	8,4	8,5	7,9	7,8	7,9	7,9	7,9
Outras despesas de investimento	0,1	0,1	0,3	0,1	0,1	0,1	0,3	0,3	0,3
Com financiamento interno	0,1	0,1	0,3	0,1	0,1	0,1	0,3	0,3	0,3
Saldo global, incl. donativos (compromissos)	-0,8	2,9	-3,2	-0,2	-2,3	-2,0	-1,3	-1,4	-1,3
Saldo global, excl. donativos (compromissos)	-15,3	-12,9	-13,6	-9,9	-9,8	-10,7	-11,2	-11,3	-11,2
Atrasados internos líquidos	1,3	-1,2	-1,9	-1,9	-0,4	-0,8	-0,3	-0,3	-0,3
Acumulação no ano corrente	2,8	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Pagamentos de anos anteriores	-1,6	-1,2	-1,9	-1,9	-0,4	-0,8	-0,3	-0,3	-0,3
Atrasados de juros externos, ano corrente	1,4	1,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Float e discrepâncias estatísticas	-0,1	0,0	0,0	-0,4	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Saldo total, incl. donativos (base de caixa)	1,7	2,7	-5,1	-2,5	-2,8	-2,8	-1,6	-1,7	-1,6
Financiamento	-1,7	-2,7	5,1	2,5	2,8	2,8	1,6	1,7	1,6
Financiamento interno	-1,2	-2,7	0,1	1,8	0,0	0,0	0,0	-0,4	-0,4
Financiamento bancário	-1,2	-2,7	0,1	1,8	0,0	0,0	0,0	-0,4	-0,4
Do qual: Bancos nacionais	-1,4	-0,6	-1,0	-0,9	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Regional (incl. BTs)	0,0	0,0	-1,6	-1,6	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
BCEAO <sup>6</sup>	0,2	-2,0	2,7	4,3	0,0	0,0	0,0	-0,4	-0,4
Financiamento externo (líquido)	-0,5	-0,1	1,9	0,8	2,0	2,0	0,9	0,7	0,0
Desembolsos	0,0	0,3	1,1	1,1	2,1	2,1	1,0	1,0	1,0
Projectos	0,0	0,3	1,1	1,1	2,1	2,1	1,0	1,0	1,0
Amortização (programada e atrasados)	-3,4	-2,7	-86,5	-109,1	-0,1	-0,1	-0,1	-0,3	-1,0
Atrasados externos <sup>7</sup>	1,6	1,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Alívio da dívida	1,3	1,4	87,3	108,8	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Défice bruto de financiamento (+ = financiamento)	0,0	0,0	3,2	0,0	0,8	0,8	0,7	1,5	2,0
Financiamento adicional <sup>8</sup>	0,0	0,0	2,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Défice residual de financiamento <sup>9</sup>	0,0	0,0	0,9	0,0	0,8	0,8	0,7	1,5	2,0
Saldo primário interno	-3,2	-2,9	-3,9	-1,2	-1,7	-2,7	-3,2	-3,0	-2,9
Receitas	9,2	9,0	10,3	10,8	10,7	11,1	11,4	11,6	11,7
Despesas primárias	12,4	11,9	14,2	12,0	12,5	13,8	14,6	14,5	14,6

Fontes: Autoridades guineenses e estimativas e projecções do FMI.

<sup>1</sup> Em Maio de 2010 (Relatório do FMI N° 10/117).<sup>2</sup> Em Dezembro de 2010 (Relatório do FMI N° 10/379).<sup>3</sup> Em 2010, inclui o desembolso de uma tranche da compensação da UE para o sector das pescas, contra duas tranches pressupostas no programa.<sup>4</sup> Em 2009, inclui FCFA 5,2 mil milhões (8 milhões de euros) da V-Flex 2009 da UE para pagamento dos atrasados de 2008.<sup>5</sup> A partir de 2012, incorpora pagamentos de demissões de excedentários identificados no plano de acção para a reforma da administração pública.<sup>6</sup> A partir de 2013, pressupõe o pagamento da dívida interna programada devida ao BCEAO e o reescalamento de juros programados, da amortização a vencer em 2010 e do principal a vencer em 2011 e 2012 de acordo com as condições de reescalamentos anteriores.<sup>7</sup> Em 2010, presume-se que os atrasados sejam tratados como alívio da dívida no ponto de conclusão HIPC.<sup>8</sup> Colmatado pelo V-Flex da UE em 2010.<sup>9</sup> Presume-se que seja colmatado com recursos do FMI no âmbito de acordo ECF até 2012.

**Tabela 5. Guiné-Bissau: Indicadores Quantitativos do Programa ECF para 2010**

Metas Trimestrais <sup>1</sup>  
(Acumulado, milhões de FCFA)

	Fim Mar.		Fim Jun.		Fim Set.		Fim Dez.	
	Prog. <sup>2</sup>	Efectivo	Prog. <sup>2</sup>	Efectivo	Prog. <sup>2</sup>	Efectivo	Prog. <sup>2</sup>	Prel.
<b>CrITÉrios de desempenho<sup>3</sup></b>								
1. Financiamento interno do orçamento	10.618	5.975	8.627	302	8.736	4.308	12.231	3.409
2. Novos atrasados internos	0	0	0	0	0	0	0	0
3. Endiv. externo não conces. do sector pÙblico, vencimento > 1	0	0	0	0	0	0	0	0
4. Endiv. externo pÙblico de curto prazo	0	0	0	0	0	0	0	0
5. Novos atrasados de pagamentos externos	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>Metas indicativas</b>								
6. Receitas tributÁrias	5.420	6.391	15.148	17.538	24.218	25.394	30.101	33.086
7. Saldo primÁrio interno (base de compromissos)	-7.789	-2.401	-8.386	1.048	-11.030	-1.352	-17.938	-4.865
8. Despesas nŁo tituladas (DNTs)	200	0	200	0	200	0	200	0
9. Gastos sociais e despesas prioritÁrias	4.062	1.989	8.123	4.223	12.185	6.818	8,647 <sup>4</sup>	9.152

<sup>1</sup> Valor acumulado desde 1 de Janeiro. O Memorando TÙcnico de Entendimento (MTE) apresenta a definiŁoŁo dos agregados e factores de correcŁoŁo.

<sup>2</sup> Meta ajustada no Åmbito do programa.

<sup>3</sup> Os critÙrios de desempenho (CD) aplicam-se a Junho e Dezembro. Para MarŁo e Setembro, sŁo indicativos. Todos os critÙrios de desempenho constituem valores mÁximos, e a aplicaŁoŁo dos CD 3, 4 e 5 Ł contÙnua.

<sup>4</sup> A meta indicativa para os gastos sociais e despesas prioritÁrias foi revista em comparaŁoŁo com o programa (RelatÙrio do FMI NŁo 10/379) de FCFA 16.246 para FCFA 8.647.

**Tabela 6. Guiné-Bissau: Indicadores de Referência Estruturais no âmbito da ECF  
Segunda Avaliação**

<b>Categoria</b>	<b>Indicadores de referência estruturais</b>	<b>Justificativa macro</b>	<b>Prazo efectivo</b>	<b>Ministério</b>	<b>Ponto da situação</b>
Segunda Avaliação					
Gestão das finanças públicas	1 Estabelecer uma ligação operacional entre o orçamento/Tesouro no SIGFIP e as administrações alfandegária e fiscal.	Maior controlo da execução do orçamento	Mar 2011	MF <sup>1</sup>	Cumprido
Reformas das despesas	2 Submeter ao Conselho de Ministros um plano de acção para a reforma da administração pública, com um calendário de médio prazo para a redução dos quadros da função pública através de aposentação dos trabalhadores e da eliminação de postos, a partir de 2011.	Melhorar a eficiência da função pública	Jan 2011	MF MFPT <sup>2</sup>	Cumprido
	3 Começar a utilizar a folha salarial unificada e o sistema de gestão do pessoal, com um projecto-piloto no Ministério das Finanças e no Ministério da Função Pública.	Modernizar a administração pública	Jan 2011	MF MFPT	Cumprido

<sup>1</sup> Ministério das Finanças

<sup>2</sup> Ministério da Função Pública, Trabalho e Modernização do Estado

Tabela 7. Guiné-Bissau: Indicadores de Dívida Externa<sup>1</sup>

	Limiar <sup>2</sup>	2011	2020	2030
VA da dívida/PIB	30	15,0	11,1	10,7
VA da dívida/exportações	100	91,7	78,6	78,1
VA da dívida/receita	200	135,0	92,7	86,4
Serviço da dívida/exportações	15	0,7	5,2	5,4
Serviço da dívida/receitas	25	1,1	6,1	6,0

Fonte: Estimativas dos técnicos do FMI.

<sup>1</sup> Os indicadores da dívida referem-se à dívida externa pública e com garantia pública da Guiné-Bissau, pressupondo a prestação integral de assistência HIPC, além da HIPC, *topping up* e MDRI.

<sup>2</sup> Limiar acima do qual países com quadros político e institucionais deficientes teriam uma probabilidade de pelo menos 25 por cento de uma situação de sobreendividamento prolongada no próximo ano. Com um índice médio de 2,58 no período 2007-09 segundo a Avaliação Institucional e de Políticas Nacionais (CPIA), a Guiné-Bissau é classificada como país com quadro político e institucional deficiente.

**Tabela 8. Guiné-Bissau: Indicadores Quantitativos do Programa ECF para 2011**

Metas Trimestrais <sup>1</sup>  
(Acumulado, milhões de FCFA)

	Fim Mar.	Fim Jun.	Fim Set.	Fim Dez.
	Prog.	Prog.	Prog.	Prog.
<b>Crítérios de desempenho<sup>2</sup></b>				
1. Financiamento interno do orçamento	1.431	-520	-1.954	0
2. Novos atrasados internos	0	0	0	0
3. Endiv. externo não conces. do sector público, vencimento > 1 ano	0	0	0	0
4. Endividamento externo público de curto prazo	0	0	0	0
5. Novos atrasados de pagamentos externos	0	0	0	0
<b>Metas indicativas<sup>3</sup></b>				
6. Receitas tributárias	6.437	17.988	30.506	37.917
7. Saldo primário interno (base de compromissos)	-3.597	-5.842	-5.911	-12.087
8. Despesas não tituladas (DNTs)	200	200	200	200
9. Gastos sociais e despesas prioritárias	2.932	5.864	8.795	12.227

<sup>1</sup> Valor acumulado desde 1 de Janeiro. O Memorando Técnico de Entendimento (MTE) apresenta a definição dos agregados e factores de correcção.

<sup>2</sup> Os critérios de desempenho (CD) aplicam-se a Junho e Dezembro. Para Março e Setembro, são indicativos. Todos os CD constituem valores máximos, e a aplicação dos CD 3, 4 e 5 é contínua.

<sup>3</sup> As metas indicativas 6, 7 e 9 foram revistas em comparação ao programa (Relatório do FMI N° 10/379) para reflectirem a arrecadação de receitas acrescida em relação a 2010 e o apoio ao orçamento adicional.

**Tabela 9. Guiné-Bissau: Indicadores de Referência Estruturais no âmbito da ECF  
Terceira e Quarta Avaliação**

<b>Categoria</b>	<b>Indicadores Estruturais de Referência</b>	<b>Justificativa Macro</b>	<b>Prazo</b>	<b>Ministério</b>	
<b>Terceira Avaliação</b>					
Reforma fiscal e reforço da arrecadação de receitas	1	Parametrizar e testar SYDONIA++ e ministrar formação do pessoal.	Reforçar a arrecadação de receitas	Ago 2011	MF <sup>1</sup>
	2	Realizar uma avaliação completa de todas as isenções aduaneiras para alargar a base de receitas aduaneiras e submeter o relatório ao Conselho de Ministros.	Reforçar a arrecadação de receitas	Jun 2010	MF
	3	Cruzar os dados do SYDONIA com declarações de impostos de 2009-10 dos 300 maiores importadores.	Reforçar a arrecadação de receitas	Jun 2010	MF
Reformas das despesas	4	Estender a todos os ministérios o sistema de gestão de folha salarial e pessoal informático e unificado.	Modernizar a administração pública	Ago 2011	MF MFPT <sup>2</sup>
Ambiente de negócios	5	Preparar um plano de acção para identificar e remover outros entraves ao desenvolvimento do sector privado e melhorar o ambiente de negócios na Guiné-Bissau.	Melhorar a facilidade de fazer negócios	Ago 2011	ME <sup>3</sup>
Gestão da dívida pública	6	Começar a gerar relatórios electrónicos trimestrais sobre a dívida pública (interna e externa).	Aumentar a transparência	Jun 2010	MF
<b>Quarta Avaliação</b>					
Gestão da dívida pública	1	Utilizar o SYGADE para registar, monitorizar e gerir toda a dívida pública (interna e externa)	Melhorar a gestão da dívida	Dez 2011	MF
Reforma fiscal e reforço da arrecadação de receitas	2	Fiscalizar os importadores que subdeclaram as suas obrigações fiscais, a começar pelos que apresentam as maiores diferenças.	Reforçar a arrecadação de receita	Dez 2011	MF
	3	Rever o quadro jurídico que regulamenta os acordos de repartição das receitas ("restituições").	Reforçar a arrecadação de receita	Dez 2011	MF
Ambiente de negócios	4	Preparar um plano para a gestão dos recursos naturais do país.	Melhorar a facilidade de fazer negócios	Dez 2011	ME

<sup>1</sup> Ministério das Finanças

<sup>2</sup> Ministério da Função Pública e do Trabalho

<sup>3</sup> Ministério da Economia

**Tabela 10. Guiné-Bissau: Avaliações e Desembolsos no âmbito do Acordo ECF Trienal, 2010-13**

Data do Conselho	Data de Teste	Acção	Desembolso	
			% da quota	Milhões de DSE
7 de Maio de 2010		Aprovação pelo Conselho	55,5 <sup>1</sup>	7,881 <sup>1</sup>
3 de Dezembro de 2010	Fim de Junho de 2010	Primeira avaliação	17	2,414
Maio de 2011	Fim de Dezembro de 2010	Segunda avaliação	17	2,414
Dezembro de 2011	Fim de Junho de 2011	Terceira avaliação	17	2,414
Maio de 2012	Fim de Dezembro de 2011	Quarta Avaliação	17	2,414
Dezembro de 2012	Fim de Junho de 2012	Quinta avaliação	17	2,414
Maio de 2013	Fim de Dezembro de 2012	Sexta avaliação	17	2,414
Total			157,5	22,365

Fonte: Estimativas do FMI.

<sup>1</sup> Do montante aprovado para desembolso por ocasião da aprovação do acordo pelo Conselho, 37,5 por cento da quota (DSE 5,325 milhões) foram aprovados para recompra imediata do crédito EPCA concedido anteriormente.

Tabela 11. Guiné-Bissau: Indicadores da Capacidade de Pagamento ao Fundo, 2008-18

	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
	Projeções										
Obrigações com o Fundo com base no crédito existentes <sup>1</sup> (milhões de DSE)											
Principal	1,3	1,0	14,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,5	0,5	0,5
Encargos e juros <sup>2</sup>	0,1	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Obrigações com o Fundo com base no crédito existente e futuro <sup>3</sup> (milhões de DSE)											
Principal	1,3	1,0	14,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,7	1,7	2,7
Encargos e juros	0,1	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Obrigações total com base no crédito existente e futuro <sup>3, 5</sup>											
Em milhões de DSE	1,4	1,1	14,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,8	1,7	2,7
Em mil milhões de FCFA	1,0	0,8	10,8	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,4	0,8	1,3
Como percentagem da receita pública	2,8	2,2	24,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,5	1,1	1,6
Como percentagem das exportações de bens e serviços	1,8	1,4	18,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,5	1,0	1,5
Como percentagem do serviço da dívida <sup>4</sup>	4,9	5,0	2,4	0,2	2,7	0,8	0,2	0,2	5,0	18,8	27,4
Como percentagem do PIB	0,3	0,2	2,6	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,1	0,2
Como percentagem da quota	9,7	7,7	100,4	0,0	0,2	0,3	0,3	0,3	5,3	12,2	18,8
Como percentagem das reservas	1,5	1,3	17,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,5	1,0	1,4
Saldo de créditos do FM <sup>3, 5</sup>											
Em milhões de DSE	5,6	6,3	2,4	7,2	12,1	14,5	14,5	14,5	13,8	12,1	9,4
Em mil milhões de FCFA	3,9	4,6	1,8	5,4	9,1	11,0	7,1	7,1	6,7	5,9	4,6
Como percentagem da receita pública	11,4	13,0	4,1	10,9	16,7	18,6	11,1	10,4	9,2	7,6	5,5
Como percentagem das exportações de bens e serviços	7,2	8,3	3,1	8,1	13,4	15,6	9,7	9,3	8,4	7,0	5,1
Como percentagem do serviço da dívida <sup>4</sup>	19,9	29,0	0,4	1026,9	1248,0	315,0	97,5	99,9	90,7	131,1	96,4
Como percentagem do PIB	1,0	1,2	0,4	1,2	1,9	2,1	1,3	1,2	1,1	0,9	0,7
Como percentagem da quota	39,3	44,7	17,0	51,0	85,0	102,0	102,0	102,0	96,9	85,0	66,3
Como percentagem das reservas	5,9	7,6	2,9	7,5	12,2	14,6	9,2	9,0	8,4	6,9	5,1
Uso líquido do crédito do Fundo (milhões de DSE)	2,3	0,8	5,0	4,8	4,8	2,4	0,0	0,0	-0,7	-1,7	-2,7
Desembolsos	3,6	1,8	10,3	4,8	4,8	2,4	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Alívio da dívida HIPC e MDRI <sup>5</sup>	0,0	0,0	8,9								
Reembolsos e recompras antes da HIPC e MDR	1,3	1,0	14,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,7	1,7	2,7
Reembolsos e recompras após a HIPC e MDR	1,3	1,0	5,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,7	1,7	2,7
	(mil milhões de FCFA)										
<i>Por memória:</i>											
Encargos e juros, após subsídios presumidos	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,1	0,1	0,1	0,0	0,0
PIB nominal	377,5	393,1	413,7	447,9	476,9	510,5	544,8	581,6	621,2	662,2	705,8
Exportações de bens e serviços	54,5	55,5	59,5	67,2	68,0	70,5	73,1	76,4	79,9	84,9	90,2
Receita pública	34,6	35,4	44,6	49,9	54,4	59,1	63,6	68,1	73,1	78,2	83,6
Serviço da dívida <sup>2, 4</sup>	19,8	15,9	451,9	0,5	0,7	3,5	7,3	7,1	7,4	4,5	4,8
Activos externos líquidos do banco central	66,6	60,9	62,0	72,1	74,4	75,3	76,7	78,3	80,4	85,5	90,8
Quota (DSE)	14,2	14,2	14,2	14,2	14,2	14,2	14,2	14,2	14,2	14,2	14,2

Fontes: Estimativas e projecções dos técnicos do FMI.

<sup>1</sup> Dados efectivos até o fim de Março de 2011 e projectados daí em diante.

<sup>2</sup> A partir de 7 de Janeiro de 2010, o saldo de créditos da ECF estará sujeito a juros zero em 2010 e 2011. Presume-se que a taxa de juro do acordo ECF será de 0,25% a partir de 2012. Os encargos incluem a comissão líquida pelo uso de DSE e cotizações de DSE.

<sup>3</sup> Em Maio de 2010 foi aprovado um novo acordo ECF equivalente a 157,5 por cento da quota (DSE 22,365 milhões), dos quais 37,5 por cento da quota (DSE 5,325 milhões) foram usados na recompra antecipada do saldo do crédito EPCA.

<sup>4</sup> O total do serviço da dívida abrange as recompras e os pagamentos ao FMI.

<sup>5</sup> A Guiné-Bissau atingiu o ponto de conclusão da Iniciativa HIPC em Dezembro de 2010 e recebeu a assistência HIPC restante com base nos stocks.

**ANEXO I. CARTA DE INTENÇÕES SUPLEMENTAR**

Bissau, 29 de Abril de 2011

Exmo. Sr. Dominique Strauss-Kahn  
Director-Geral  
Fundo Monetário Internacional  
Washington, D.C. 20431  
E.U.A.

Senhor Director-Geral,

1. A presente carta de intenções e o memorando de políticas económicas e financeiras (MPEF) que a acompanha actualizam e complementam a nossa correspondência datada de 16 de Novembro de 2010 e descrevem o desempenho no âmbito do programa económico do governo desde então.
2. O programa económico do governo, apoiado por um acordo trienal no âmbito da Facilidade de Crédito Ampliado (ECF, na sigla original em inglês), prossegue no rumo traçado. Foram cumpridos todos os critérios de desempenho até ao final de Dezembro de 2010, bem como os indicadores de referência estruturais relativos à segunda avaliação do programa. Também foram cumpridas todas as metas quantitativas para o final de Dezembro, inclusive a que se refere aos gastos sociais e despesas prioritárias (ver Tabelas 1 e 2 do MPEF).
3. O MPEF anexo reflecte o compromisso do governo com os objectivos de atingir a sustentabilidade orçamental e externa, relançar o crescimento económico, reduzir a pobreza e realizar avanços na consecução dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM). O governo acredita que as medidas que já foram tomadas e as políticas que ele pretende adoptar no restante de 2011 são suficientes para cumprir as metas e os objectivos no âmbito do programa (os critérios de desempenho e indicadores de referência estruturais para a terceira e quarta avaliações são apresentados nas Tabelas 3 e 4 do MPEF). No entanto, se isto for necessário, o governo adoptará novas medidas para atingir esses objectivos. O governo consultará o Fundo antes de adoptar qualquer medidas ou sempre que houver alteração nas políticas contidas no MPEF, em conformidade com as políticas do Fundo relativamente a tais consultas.
4. Tendo em vista o desempenho no âmbito do programa apoiado pela ECF e o compromisso do governo para com as reformas económicas descritas no MPEF anexo, o Governo da Guiné-Bissau solicita que seja concluída a segunda avaliação do acordo ECF e que seja efectuado o terceiro desembolso ao abrigo do referido acordo, no montante de DSE 2,414 milhões.
5. Em vista do nosso compromisso com a transparência, solicitamos ao FMI que publique esta carta de intenções, o MPEF anexo, o Memorando Técnico de Entendimento (MTE) e o relatório do corpo técnico relativo a esta solicitação.

Com os nossos melhores cumprimentos,

/S/

José Mário Vaz  
Ministro das Finanças

## APÊNDICE I. MEMORANDO SUPLEMENTAR DE POLÍTICAS ECONÓMICAS E FINANCEIRAS PARA 2011

### I. INTRODUÇÃO

1. **O presente memorando actualiza o MPEF de 16 de Novembro de 2010 e resume os progressos alcançados desde então.** Os objectivos do programa permanecem inalterados: alcançar a sustentabilidade orçamental e externa, relançar o crescimento económico e realizar avanços na redução da pobreza e na consecução dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM).

2. **A implementação do programa teve como pano de fundo a subida dos preços de importação de alimentos e combustíveis.** Em vista da natureza permanente do choque dos preços, e da necessidade de garantir o repasse integral da evolução dos preços ao longo do tempo, como incentivo para que consumidores e produtores se ajustem às novas circunstâncias, o governo considera que a reacção mais apropriada aos referidos choques é o ajustamento, e não a acomodação.

### II. DESENVOLVIMENTOS RECENTES E DESEMPENHO NO ÂMBITO DO PROGRAMA

#### A. Desenvolvimentos económicos em 2010

3. **O desempenho macroeconómico foi mais positivo, graças à recuperação nos preços das exportações de caju e à melhoria da liquidez no sistema bancário.** Os fortes ganhos nos termos de troca mais do que compensaram o declínio na colheita do caju provocado pelas condições climáticas. Em termos gerais, o crescimento acelerou ligeiramente para 3,5 por cento em 2010, contra 3,0 por cento em 2009. A inflação subiu de -1,6 por cento em 2009 para 1,1 por cento em 2010 (o que ainda está abaixo da norma de convergência da UEMOA), impulsionada pela alta dos preços de importação de alimentos e combustíveis. O défice da conta corrente externa (excluindo as transferências oficiais) diminuiu cerca de 4 pontos percentuais do PIB.

4. **O governo teve de se ajustar a uma insuficiência de 3,2 por cento do PIB (ou FCFA 13,4 mil milhões) no apoio orçamental.** O ajustamento orçamental foi atingido através do aumento das receitas (0,5 pontos percentuais do PIB) e da redução das despesas (2,1 pontos percentuais do PIB), com o governo a sacar parte dos seus depósitos no BCEAO (0,6 por cento do PIB). O montante de receitas acima do programado foi reflexo do aperto dos controlos nas alfândegas e na administração fiscal, e mais do que compensa o declínio dos desembolsos relativos à compensação financeira das pescas. O governo conteve as despesas através da redução dos gastos com bens e serviços e da sub-execução do programa de investimento público.

#### B. Desempenho no âmbito do Programa ECF

5. **A despeito da insuficiência do apoio orçamental, o desempenho orçamental foi satisfatório.** Foram cumpridos todos os critérios de desempenho e metas indicativas até ao final de Dezembro de 2010 (Tabela 1).

6. **Foram cumpridos todos os indicadores de referência estruturais relativos à segunda avaliação.** O governo estabeleceu a ligação operacional entre o Tesouro e a administração aduaneira, submeteu ao Conselho de Ministros o plano de acção para a reforma da administração pública e começou a utilizar o sistema uniformizado de pagamentos salariais nos ministérios das Finanças e da Função Pública e Trabalho (Tabela 2). Os progressos na consecução das outras medidas estruturais são apresentados na Tabela 4.

### III. PERSPECTIVAS MACROECONÓMICAS E POLÍTICAS ECONÓMICAS PARA 2011

#### A. Perspectivas macroeconómicas

7. **As perspectivas para o crescimento permanecem praticamente inalteradas.** O crescimento económico deve apresentar uma aceleração moderada em 2011, para 4,3 por cento, impulsionado pelo aumento da produção de caju, a alta dos preços do produto e a continuidade do processo de reconstrução das infra-estruturas, em especial estradas, electricidade e água. Os riscos para as perspectivas parecem ser bastante equilibrados: os riscos de revisão em baixa decorrem dos preços de importação de alimentos e combustíveis, que subiram mais do que o esperado, enquanto os riscos de revisão em alta resultam da subida maior do que a projectada para os preços do caju, preços estes que estão em linha com aqueles praticados recentemente noutros mercados de comercialização do caju.

8. **As perspectivas em termos de inflação pioraram como reflexo da subida dos preços de importação de alimentos e combustíveis.** Segundos as novas projecções, a inflação homóloga será de 4 por cento, o que está acima da norma de convergência da UEMOA. Todavia, a expectativa é que a inflação subjacente continue sob controlo, e que a inflação homóloga volte ao nível da norma de convergência da UEMOA em 2012, uma vez que se dissipe o efeito pontual da subida dos preços de importação.

#### B. Política fiscal

9. **O governo continua empenhado em fortalecer as finanças públicas.** O foco da política fiscal será a contenção do défice primário interno de acordo com o financiamento disponível e a continuidade dos esforços para mobilizar mais receitas e para manter um controlo rigoroso sobre as despesas.

10. **O governo já garantiu o apoio orçamental para além dos níveis inscritos no orçamento de 2011 e tem planos de restaurar o investimento público no âmbito do programa.** No início de Março, o governo recebeu um novo donativo do governo de Angola no montante de 12 milhões de dólares (cerca de FCFA 6 mil milhões ou 1,3 por cento do PIB) para o financiamento de despesas de capital. O governo decidiu afectar o novo donativo recebido de Angola ao financiamento de investimentos em projectos rodoviários e agrícolas. No dia 29 de Março, o governo manteve consultas com a UE no âmbito do acordo de Cotonou, e a UE anunciou que condicionará a retoma da ajuda à Guiné-Bissau às iniciativas que o governo tomará nos próximos meses em diversas áreas, inclusivamente a reforma do sector de segurança e a nomeação de quadros militares. Em simultâneo, estão a avançar as operações de apoio orçamental previstas no programa e assumidas pelo Banco Mundial

(FCFA 3,6 mil milhões) e pelo Banco Africano de Desenvolvimento (FCFA 3,9 mil milhões), cujos desembolsos devem ocorrer no segundo semestre do ano.

**11. O governo garantirá o repasse integral da evolução dos preços de importação ao longo do tempo, a fim de incentivar os consumidores e produtores a se ajustarem às novas circunstâncias.** No início de Março, o governo reduziu as tarifas sobre os combustíveis com vistas a atenuar o impacto sobre o custo de vida, mas a medida foi revertida no final de Março, após uma avaliação da provável natureza permanente do choque dos preços do petróleo e da necessidade de se ajustar ao choque ao invés de buscar a acomodação.

**12. O governo lançará um pacote vigoroso de medidas para o reforço das receitas orçamentais este ano e assentará as bases para consolidar os ganhos em termos de mobilização de receitas no próximo ano.** Para além de reinstaurar o preço de referência do gásóleo para fins aduaneiros que vigorava no início de Março (FCFA 301,68), o governo irá:

- i. ajustar o preço de referência do açúcar importado ao nível do mercado, até ao final de Abril;
- ii. ajustar o preço de referência do gásóleo importado, de FCFA 301,68 para FCFA 373,68, até ao final de Junho;
- iii. abster-se de reduzir os preços de referência para fins aduaneiros;
- iv. garantir que o comité de reajuste regular dos preços internos dos combustíveis realize reuniões mensais para verificar se os preços internos reflectem a evolução dos preços internacionais;
- v. rever o preço de referência do arroz, farinha, gásóleo e caju até ao final do ano, de modo a torná-los mais próximos dos níveis de mercado, como parte do orçamento de 2012; e
- vi. reduzir ou eliminar as isenções aduaneiras a serem identificadas pelo governo nesta avaliação (ver adiante).

### **C. Reformas estruturais**

**13. O governo renovará os seus esforços para consolidar os ganhos e prosseguir na sua agenda de reformas, conforme detalhado no MPEF de Novembro de 2010 (Tabelas 3 e 4).**

**14. A nova estratégia quinquenal de redução da pobreza (DENARP) será submetida ao Conselho de Ministros até Junho.** O programa do governo de reformas económicas de médio prazo, apoiado no âmbito do acordo ECF, é compatível com o novo DENARP. O governo coordenará as suas acções com os doadores e os parceiros de desenvolvimento para a execução da sua estratégia. As prioridades são, nomeadamente, identificar projectos económicos que estejam alinhados com o DENARP, garantir a coordenação apropriada com os doadores em apoio à referida estratégia e executar o programa de investimento público (PIP).

**15. No que segue, fazemos uma actualização dos progressos nas reformas económicas e o caminho a seguir daqui para a frente.**

**(i) Maior arrecadação de receitas****16. O governo está no rumo correcto no que refere à modernização e melhoria da administração alfandegária e fiscal:**

- a. No que respeita às alfândegas, o governo irá: i) concluir a parametrização e o teste do sistema SYDONIA++ para a Guiné-Bissau e formar os quadros com a ajuda da UNCTAD e ii) concluir a análise completa de todas as isenções aduaneiras com vista ao alargamento da base de receitas.
- b. No que respeita à administração fiscal, o governo elaborou um plano de acção (com assistência técnica do AFRITAC Ocidental e tendo como base a missão do FAD de Setembro de 2010) para: rever a segmentação dos contribuintes com base em critérios de volume de negócios, com limiares de FCFA 10 e FCFA 40 milhões para pequenos e grandes contribuintes, respectivamente; ii) cruzar os dados do SYDONIA com as declarações de impostos dos 300 maiores importadores em 2009-10, e iii) auditar os importadores que subdeclaram as suas obrigações fiscais, a começar pelos que apresentam as maiores diferenças. Uma equipa foi montada recentemente na Direcção Geral de Contribuições e Impostos (DGCI) para liderar as iniciativas nessa área, com vistas à introdução do sistema de IVA em 2013.

**(ii) Modernização da Administração Pública e criação de margem para as despesas prioritárias**

**17. Em Março, o Conselho de Ministros aprovou o plano de acção de médio prazo para a reforma da administração pública, com vistas a torná-la mais moderna e eficiente.** A reforma será gradual e os números só serão finalizados após a unificação do sistema de pagamentos salariais, mas o plano prevê a redução do número de funcionários públicos, de mais de 16 mil em 2010 para cerca de 14 mil até 2015, tendo como meta começar a baixar de 10 para 6-7 o rácio de servidores por mil habitantes, em linha com as normas da área da UEMOA.

**18. O governo fez progressos na implementação de controlos mais estritos da folha salarial e na criação de uma base de dados completa.** O governo começou a utilizar o sistema unificado de pagamentos salariais nos ministérios das Finanças e Função Pública em Março, e o sistema será estendido a todos os ministérios até Agosto. O governo deu início à utilização do sistema de gestão de recursos humanos (SIGRHAP), que deverá entrar em operação até ao final de Agosto.

**19. O governo está a trabalhar com os parceiros para implementar a reforma do sector de defesa e segurança.** Na sequência da decisão da União Europeia de não enviar uma nova missão para monitorizar a fase de implementação desta reforma, o governo estreitou a coordenação com o Gabinete Integrado das Nações Unidas para a Consolidação da Paz na Guiné-Bissau (UNIOGBIS) e com os parceiros regionais e bilaterais, inclusivamente a Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) e a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), visando a elaborar um plano para garantir o financiamento da reforma, especialmente no que respeita ao fundo de pensões. Em Fevereiro, as Nações Unidas anunciaram o seu Plano Prioritário para a Guiné-Bissau, com

uma atribuição de USD 16 milhões destinada aos aspectos civis da reforma do sector de segurança. Em Março, o Conselho de Ministros aprovou o roteiro da CEDEAO-CPLP para a reforma.

**(iii) Remoção dos entraves ao desenvolvimento do sector privado**

20. **O governo intensificará os esforços para elaborar um plano de acção visando remover os entraves ao desenvolvimento do sector privado e melhorar o ambiente de negócios na Guiné-Bissau.** Em colaboração com o Banco Mundial, o governo também irá preparar um plano para a gestão dos recursos naturais do país, até Dezembro.

**(iv) Reforço da gestão da dívida e regularização de atrasados**

21. **Tendo alcançado o ponto de conclusão da Iniciativa HIPC em Dezembro, o governo envidará esforços para reforçar a gestão da dívida.** Com a assistência da UNCTAD, o Gabinete da Dívida Pública planeia contratar e formar novos funcionários, gerar relatórios electrónicos trimestrais sobre a dívida pública, até Junho de 2011, e passar a utilizar o SYGADE até Dezembro para registar, monitorizar e gerir toda a dívida pública. A UNCTAD já começou a oferecer formação aos funcionários públicos no uso do SYGADE.

22. **O governo solicitou um diferimento do pagamento da dívida com o Banco Central dos Estados da África Ocidental (BCEAO) e a aprovação de melhores condições.** A renegociação da dívida com o BCEAO (cerca de FCFA 90 mil milhões, ou 20 por cento do PIB) ficará suspensa até que o BCEAO nomeie um novo governador. Essa dívida tem origem em diversas fontes: a contribuição de capital exigida para a adesão à UEMOA; o pagamento efectuado pelo BCEAO em nome do governo para amortizar um empréstimo anterior do FMI à Guiné-Bissau e a retrocessão da atribuição de DSE.

23. **O governo prosseguirá na sua estratégia de regularização de atrasados no médio e longo prazos, realizando pagamentos anuais compatíveis com os recursos disponíveis.** Uma equipa de auditores independentes emitiu um relatório de auditoria preliminar sobre os atrasados do período 2000-07. O governo está a examinar os resultados da referida auditoria com vistas a incorporar esses atrasados na sua estratégia de regularização.

**D. Sector financeiro e políticas monetárias**

24. **A política monetária continuará a ser implementada no quadro da UEMOA.** Este acordo tem permitido à Guiné-Bissau conter a inflação e manter uma taxa de câmbio estável. A expectativa é que, à medida que se dissipem os efeitos da subida dos preços de importação de alimentos e combustíveis, a inflação interna voltará a níveis compatíveis com as metas da UEMOA até 2012.

**E. Perspectivas após o ponto de conclusão HIPC**

25. **O governo está a tomar medidas visando a implementação do ponto de conclusão da Iniciativa HIPC.** Para o efeito, solicitou a todos os credores que confirmem a sua

intenção de proporcionar alívio da dívida e *topping up*. O governo já recebeu garantias de *topping up* da parte de Portugal, o que significa que o país atingiu o limiar de 80 por cento dos compromissos necessário para que o Banco Mundial prossiga com o *topping up* e a assistência MDRI. A expectativa agora é que as negociações com o Clube de Paris ocorram em Maio.

#### F. Capacitação e assistência técnica

##### 26. O governo identificou as prioridades de assistência técnica nas áreas de administração fiscal, política fiscal e gestão da dívida.

- **Administração fiscal:** Em 2010, uma missão de assistência técnica do Departamento de Finanças Públicas (FAD) do FMI realizou uma avaliação e fez recomendações para que o governo fortalecesse a administração da receita. O governo implementará essas recomendações contando com a assistência técnica do AFRITAC regional e buscará obter mais assistência técnica do FAD.
- **Política fiscal:** O governo tem planos de introduzir um imposto sobre o valor acrescentado (IVA) até 2013, como já fizeram outros países da UEMOA. A concepção, preparação e implementação do IVA exige medidas preliminares e assistência técnica.
- **Gestão da dívida:** Embora as perspectivas para a dívida externa tenham melhorado muito desde o alívio da dívida, a gestão da dívida passou a assumir importância capital. O governo buscará obter assistência técnica para fortalecer a gestão da dívida pública, inclusive no que respeita à unidade da dívida pública do Ministério das Finanças, para possibilitar o registo e a gestão de toda a dívida pública, bem como a produção de relatórios trimestrais sobre a dívida pública.

#### G. Monitorização do programa

27. O segundo ano do programa abrange o período de 12 meses decorrido entre 1 de Janeiro e 31 de Dezembro de 2011. O programa será monitorizado com base em indicadores quantitativos e de referência estruturais trimestrais, bem como em avaliações semestrais e nos critérios de desempenho quantitativos apresentados na Tabela 3. As Tabelas 4 e 5 apresentam uma relação de medidas estruturais identificadas pelo governo, inclusive os indicadores de referência estruturais para a terceira e quarta avaliações. As definições dos critérios de desempenho quantitativos e indicadores de referência encontram-se no Memorando Técnico de Entendimento (MTE) anexo. Esperamos que a terceira avaliação seja realizada em Dezembro de 2011 e a quarta avaliação, em Maio de 2012.

**Tabela 1. Guiné-Bissau: Indicadores Quantitativos do Programa ECF para 2010**Metas Trimestrais<sup>1</sup>

(Acumulado, milhões de FCFA)

	Fim Mar.		Fim Jun.		Fim Set.		Fim Dez.	
	Progr. <sup>2</sup>	Efectivo	Progr. <sup>2</sup>	Efectivo	Progr. <sup>2</sup>	Efectivo	Progr. <sup>2</sup>	Prelim.
<b>Crítérios de desempenho<sup>2</sup></b>								
1. Financiamento interno do orçamento	10.618	5.975	8.627	302	8.736	4.308	12.231	3.409
2. Novos atrasados internos	0	0	0	0	0	0	0	0
3. Endiv. externo não conces. do sector público, vencimento > 1 ano	0	0	0	0	0	0	0	0
4. Endividamento externo público de curto prazo	0	0	0	0	0	0	0	0
5. Novos atrasados de pagamentos externos	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>Metas indicativas<sup>3</sup></b>								
6. Receitas tributárias	5.420	6.391	15.148	17.538	24.218	25.394	30.101	33.086
7. Saldo primário interno (base de compromissos)	-7.789	-2.401	-8.386	1.048	-11.030	-1.352	-17.938	-4.865
8. Despesas não tituladas	200	0	200	0	200	0	200	0
9. Gastos sociais e despesas prioritárias	4.062	1.989	8.123	4.223	12.185	6.818	8.647 <sup>4</sup>	9.152

<sup>1</sup> Valor acumulado desde 1 de Janeiro. O Memorando Técnico de Entendimento (MTE) apresenta a definição dos agregados e factores de correcção.

<sup>2</sup> Meta ajustada no âmbito do programa.

<sup>3</sup> Os critérios de desempenho (CD) se aplicam a Junho e Dezembro. Para Março e Setembro, são indicativos. Todos os CD constituem valores máximos, e a aplicação dos CD 3, 4 e 5 é contínua.

<sup>4</sup> A meta indicativa para os gastos sociais e despesas prioritárias foi revisada em comparação ao programa (Relatório do FMI No. 10/379), de FCFA 16.246 para FCFA 8.647.

**Tabela 2. Guiné-Bissau: Indicadores de Referência Estruturais no âmbito da ECF  
Segunda Avaliação**

<b>Categoria</b>	<b>Indicadores de Referência Estruturais</b>	<b>Justificativa macro</b>	<b>Prazo efectivo</b>	<b>Ministério</b>	<b>Ponto da situação</b>
Segunda Avaliação					
Gestão das finanças públicas	4 Estabelecer um vínculo operacional entre o orçamento/Tesouro no SIGFIP e as administrações alfandegária e fiscal.	Maior controlo da execução do orçamento	Mar 2011	MF <sup>1</sup>	Cumprido
Reformas das despesas	5 Submeter ao Conselho de Ministros um plano de acção para a reforma da administração pública, com um calendário de médio prazo para a redução dos quadros da função pública através de aposentação dos trabalhadores e da eliminação de postos, a partir de 2011.	Melhorar a eficiência da função pública	Jan 2011	MF MFPT <sup>2</sup>	Cumprido
	6 Começar a utilizar a folha salarial unificada e o sistema de gestão do pessoal, com um projecto-piloto no Ministério das Finanças e no Ministério da Função Pública.	Modernizar a administração pública	Jan 2011	MF MFPT <sup>2</sup>	Cumprido

<sup>1</sup> Ministério das Finanças

<sup>2</sup> Ministério da Função Pública, Trabalho e Modernização do Estado

**Tabela 3. Guiné-Bissau: Indicadores Quantitativos para o Programa ECF de 2011**

Metas Trimestrais<sup>1</sup>  
(Acumulado, milhões de FCFA)

	Fim Mar. Prog.	Fim Jun. Prog.	Fim Set. Prog.	Fim Dez. Prog.
<b>Crítérios de desempenho<sup>2</sup></b>				
1. Financiamento interno do orçamento	1.431	-520	-1.954	0
2. Novos atrasados internos	0	0	0	0
3. Endiv. externo não conces. do sector público, vencimento > 1 ano	0	0	0	0
4. Endividamento externo público de curto prazo	0	0	0	0
5. Novos atrasados de pagamentos externos	0	0	0	0
<b>Metas indicativas<sup>3</sup></b>				
6. Receitas tributárias	6.437	17.988	30.506	37.917
7. Saldo primário interno (base de compromissos)	-3.597	-5.842	-5.911	-13.717
8. Despesas não tituladas	200	200	200	200
9. Gastos sociais e despesas prioritárias	2.932	5.864	8.795	12.227

<sup>1</sup> Valor acumulado desde 1 de Janeiro. O Memorando Técnico de Entendimento (MTE) apresenta a definição dos agregados e factores de ajuste.

<sup>2</sup> Os critérios de desempenho (CD) se aplicam a Junho e Dezembro. Para Março e Setembro, são indicativos. Todos os critérios de desempenho constituem valores máximos, e a aplicação dos CD 3, 4 e 5 é contínua.

<sup>3</sup> As metas indicativas 6, 7 e 9 foram revisadas em comparação ao program (Relatório do FMI No. 10/379) para reflectir a arrecadação de receitas acrescida em relação a 2010 e o apoio orçamental adicional.

**Tabela 4. Guiné-Bissau: Indicadores de Referência Estruturais no âmbito da ECF**  
1 de Janeiro de 2011 a 31 de Dezembro de 2011

<b>Categoria</b>	<b>Indicadores de referência estruturais</b>	<b>Justificativa macro</b>	<b>Ministério</b>	<b>Ponto da situação</b>	
Terceira avaliação					
Reforma fiscal e reforço da arrecadação de receitas	1	Parametrizar e testar o SYDONIA++ e ministrar formação do pessoal.	Reforçar a arrecadação de receitas	MF <sup>1</sup>	Em curso
	2	Realizar uma avaliação completa de todas as isenções aduaneiras para alargar a base de receitas aduaneiras, e submeter relatório ao Conselho de Ministros.	Reforçar a arrecadação de receitas	MF	Em curso
	3	Cruzar os dados do SYDONIA com as declarações de impostos de 2009–10 dos 300 maiores importadores.	Reforçar a arrecadação de receitas	MF	Em curso
Reformas das despesas	4	Estender a todos os ministérios o sistema de gestão de folha salarial e pessoal informático e unificado	Modernizar a administração pública	MF MFPT <sup>2</sup>	Em curso
Ambiente de negócios	5	Preparar um plano de acção para identificar e remover outros entraves ao desenvolvimento do sector privado e melhorar o ambiente de negócios na Guiné-Bissau.	Melhorar a facilidade de fazer negócios	ME <sup>3</sup>	Em curso
Gestão da dívida pública	6	Começar a gerar relatórios electrónicos trimestrais sobre a dívida pública (interna e externa).	Aumentar a transparência	MF	Em curso
Quarta Avaliação					
Gestão da dívida pública	1	Utilizar o SYGADE para registar, monitorizar e gerir toda a dívida pública (interna e externa).	Melhorar a gestão da dívida	MF	
Reforma fiscal e reforço da arrecadação de receitas	2	Fiscalizar os importadores que sub-declaram as suas obrigações fiscais, começando por aqueles com as maiores diferenças.	Reforço da cobrança de receitas	MF	
	3	Rever o quadro jurídico que regulamenta os acordos de repartição das receitas (“restituições”).	Reforço da cobrança de receitas	MF	
Ambiente de negócios	4	Preparar um plano para a gestão dos recursos naturais do país.	Melhorar a facilidade de fazer negócios	ME	

<sup>1</sup> Ministério das Finanças

<sup>2</sup> Ministério da Função Pública, Trabalho e Modernização do Estado

<sup>3</sup> Ministério da Economia

**Tabela 5. Guiné-Bissau: Medidas Estruturais para 2011**

<b>Categoria</b>	<b>Medidas</b>	<b>Prazo</b>
Reforma fiscal e reforço da cobrança de receitas	1 Elevar o preço de referência das exportações de caju para USD 750 por tonelada.	2011
	2 Elevar o preço de referência para a importação de alguns produtos de base (arroz, para FCFA 6 000; açúcar, para FCFA 8 500, e farinha, para FCFA 8 500).	2011
	3 Elevar a taxa aplicável ao pagamento antecipado do imposto sobre os lucros colectado nas alfândegas (antecipação da contribuição industrial), de 3 para 5 por cento para o sector informal.	2011
	4 Reinstaurar a selagem do tabaco e das bebidas alcoólicas.	Jan 2011
	5 Adaptar o sistema SYDONIA++ aos parâmetros da Guiné-Bissau (inclusive as isenções e tarifas específicas), testar o sistema e ministrar formação aos funcionários.	Ago 2011
	6 Reinstaurar o preço de referência do gasóleo para fins aduaneiros que vigorava no início de Março.	Abr 2011
	7 Reajustar o preço de referência do açúcar importado até chegar aos níveis do mercado.	Abr 2011
	8 Reajustar o preço de referência do gasóleo importado, de FCFA 301,7 para FCFA 373,0.	Jun 2011
	9 Revisar os preços do arroz, farinha, gasóleo e caju até ao final do ano, de modo a que os preços de referência desses produtos atinjam os níveis do mercado até Dezembro de 2011, para inclusão no orçamento de 2012.	Dez 2011
	10 Realizar um exame minucioso de todas as isenções aduaneiras, com vistas a reduzir ou eliminar determinadas isenções.	Jun 2011
	11 Reavaliar a segmentação dos contribuintes com base no volume de negócios, instituindo limiares de FCFA 10 milhões para pequenos contribuintes e de FCFA 40 milhões para grandes contribuintes.	Jun 2011
	12 Cruzar os dados do SYDONIA com as declarações de impostos dos 300 maiores importadores em 2009–10.	Jun 2011
	13 Fiscalizar os importadores que sub-declaram as suas obrigações fiscais, começando por aqueles com as maiores diferenças.	Dez 2011
	14 Aumentar para 90 por cento a percentagem dos grandes contribuintes que declaram o imposto geral de vendas.	2011
	15 Continuar a reforçar a unidade dos grandes contribuintes no Ministério das Finanças.	2011
Gestão das finanças	16 Rever o quadro jurídico que regulamenta os acordos de repartição das receitas ("restituições"), com vistas a aumentar o volume de receitas sem afectação no orçamento.	Dez 2011

públicas	17	Obter assistência técnica para reforçar os procedimentos de elaboração do orçamento.	Jun 2012
	18	Elaborar e actualizar periodicamente o plano de tesouraria para o orçamento de 2011.	2011
	19	Estabelecer um vínculo operacional entre o orçamento/Tesouro no âmbito do SIGFIP e as administrações alfandegária e fiscal.	Mar 2011
	20	Continuar a publicar relatórios trimestrais de execução orçamental.	2011
	21	Alterar as leis orgânicas do Tribunal de Contas.	2011
	22	Apresentar à ANP as contas de execução orçamental de 2010.	Set 2011
Reforma da função pública	23	Submeter ao Conselho de Ministros um plano de acção para a reforma da administração pública, com um calendário de médio prazo para a redução dos quadros da função pública através de aposentação dos trabalhadores e da eliminação de postos, a partir de 2011.	Jan 2011
	24	Começar a utilizar o sistema informatizado e uniformizado de folha de pagamentos e gestão do pessoal no Ministério das Finanças e no Ministério da Função Pública.	Jan 2011
	25	Estender a todos os ministérios o sistema informatizado e uniformizado de folha de pagamentos e gestão do pessoal.	Ago 2011
Reforma do sector de defesa e de segurança	26	Preparar um plano operacional que inclua uma relação dos possíveis reformados e os projectos para a construção de instalações militares e de segurança.	2011
Regularização de atrasados	27	Concluir a auditoria dos atrasados do sector privado referentes a 2000–07.	2011
Ambiente de negócios	28	Adoptar os regulamentos de aplicação do novo Código de Investimentos.	2011
	29	Elaborar um plano de acção para identificar e eliminar os entraves ao desenvolvimento do sector privado e para melhorar o ambiente de negócios na Guiné-Bissau.	Ago 2011
	30	Preparar um plano para a gestão dos recursos naturais do país.	Dez 2011
Serviços sociais	31	Adoptar uma nova estratégia quinquenal de redução da pobreza.	Jun 2010
Gestão da dívida pública	32	Fortalecer a unidade de gestão da dívida pública.	2011
	33	Emitir relatórios electrónicos trimestrais sobre a dívida pública, no mais tardar três meses após o fim de cada trimestre, num formato compatível com os requisitos de reporte do BCEAO.	Jun 2011
	34	Utilizar o SYGADE para registar, monitorizar e gerir toda a dívida pública.	Dez 2011

## APÊNDICE II. MEMORANDO TÉCNICO DE ENTENDIMENTO

Bissau

29 de Abril de 2011

1. **O presente memorando actualiza o Memorando Técnico de Entendimento de 16 de Novembro de 2010 e apresenta as definições dos critérios de desempenho quantitativos e estruturais, metas indicativas e indicadores estruturais para a monitorização do programa apoiado por um acordo ao abrigo da Facilidade de Crédito Ampliado (ECF).** Também especifica a periodicidade acordada e os prazos para a disponibilização de dados ao corpo técnico do FMI para fins de monitorização do programa.

### Indicadores Quantitativos e Factores de Correção

#### A. Indicadores quantitativos

2. **Os indicadores quantitativos são os seguintes:**
- a. Limites mínimos acumulados para a receita pública
  - b. Limites máximos acumulados para o défice primário interno (base de compromissos)
  - c. Tectos acumulados para o montante de despesas não tituladas (DNT)
  - d. Limites mínimos acumulados para os gastos sociais e outras despesas prioritárias
  - e. Limites máximos acumulados para a variação do financiamento interno líquido do orçamento
  - f. Limites máximos acumulados para novos atrasados de pagamentos internos do governo, incluindo salários em atraso
  - g. Limites máximos acumulados para os novos empréstimos externos não concessionais contraídos ou garantidos pelo governo
  - h. Limites máximos acumulados para a nova dívida externa de curto prazo
  - i. Limites máximos acumulados para os novos atrasados de pagamentos externos.

Foram estabelecidos indicadores quantitativos para o final de Março, Junho, Setembro e Dezembro. São propostos critérios de desempenho quantitativos para os indicadores (e) a (i) para o fim de Junho e de Dezembro de 2011. A aplicação dos indicadores da nova dívida externa não concessional, dívida externa de curto prazo e novos atrasados de pagamentos externos é contínua.

#### Definições e cálculo

3. **Governo.** Salvo indicação em contrário, “governo” significa a administração central da República da Guiné-Bissau e não inclui qualquer instância da administração local, o banco

central, ou qualquer outra entidade pública ou controlada pelo governo e com personalidade jurídica distinta que não seja incluída na Tabela de Operações Financeiras do Estado (TOFE).

4. **O limite mínimo proposto para as receitas tributárias do governo** inclui os impostos directos, impostos indirectos e receitas não tributárias, assim como a recuperação de atrasados fiscais e esforços adicionais de arrecadação de receitas (Tabela 1).

Tabela 1. Valores Mínimos Trimestrais para as Receitas Tributárias do Governo, 2011  
(Acumulado, milhões de FCFA)

	Março	Junho	Set.	Dez.
	Prog.	Prog.	Prog.	Prog.
Receitas tributárias	6.437	17.988	30.506	37.917

5. **O défice primário interno (base de compromissos)** é calculado como a diferença entre a receita pública e a despesa primária interna na base de compromissos (Tabela 2). A receita do governo inclui todas as receitas tributárias e não tributárias e exclui os donativos externos. A despesa interna primária consiste na despesa corrente somada às despesas de capital com financiamento interno, excluindo todos os pagamentos de juros. Os compromissos do governo incluem todas as despesas cuja cabimentação tenha sido aprovada pelo Ministério das Finanças; as despesas automáticas (tais como salários e ordenados, pensões, serviços de utilidade pública e outras despesas cujo pagamento seja centralizado), e despesas efectuadas por via de operações de compensação.

Tabela 2. Saldo Primário Interno, Novos Atrasados Internos e Despesas não Tituladas por Trimestre, 2011  
(Acumulado, milhões de FCFA)

	Março	Junho	Set.	Dez.
	Prog.	Prog.	Prog.	Prog.
Défice primário interno total	-3.597	-5.842	-5.911	-12.087
Receitas	7.813	21.253	39.449	49.860
Despesas primárias internas	11.410	27.095	45.361	61.947
Novos atrasados internos	0	0	0	0
Despesas não tituladas	200	200	200	200

6. **Os novos atrasados de pagamentos internos do governo** são definidos como os pagamentos acumulados (*rest-a-payer*) durante o ano ainda não saldados até um mês depois do trimestre para ordenados e salários (incluindo pensões), e até três meses depois para bens e serviços e transferências, no final de Março, final de Junho, final de Setembro e final de Dezembro de 2011.

7. **As despesas não tituladas** são definidas como qualquer pagamento do Tesouro sem classificação nas tabelas de despesas apresentadas pela Direcção Nacional do Orçamento.

8. **O financiamento interno líquido inclui o financiamento bancário e não bancário** (Tabela 3). O financiamento bancário consiste nas variações líquidas dos saldos das contas do Tesouro no BCEAO (excluindo os desembolsos líquidos do FMI) e bancos comerciais

(excluindo os saldos nessas contas que não estejam prontamente disponíveis para financiar o orçamento, como seja o caso das contas co-tituladas com doadores e sujeitas a duas assinaturas), bem como nos montantes pendentes de empréstimos, incluindo os Títulos do Tesouro, junto do BCEAO e da banca comercial (local e regional). O financiamento não bancário engloba as receitas de privatização, bem como quaisquer outras dívidas financeiras internas eventualmente mantidas fora do sector bancário, com excepção dos novos atrasados internos.

Tabela 3. Financiamento Interno por Trimestre, 2011  
(Acumulado, milhões de FCFA)

	Março	Junho	Set.	Dez.
	Prog.	Prog.	Prog.	Prog.
Financiamento interno	1.431	-520	-1.954	0
Financiamento bancário	1.431	-520	-1.954	0
BCEAO	1.431	-520	-1.954	0
Bancos comerciais (incl. regionais)	0	0	0	0
Bancos comerciais regionais e BTs	0	0	0	0
Financiamento não bancário	0	0	0	0

### Contratação ou garantia de nova dívida externa não concessional pelo governo

9. **Definição da dívida.** Para os fins dos critérios de desempenho pertinentes, a definição da dívida é aquela contida no Ponto 9 da Decisão No. 6230-(79/140) do Conselho de Administração, conforme modificada em 31 de Agosto de 2009 (Decisão No. 14416-(09/91)).

a. Para os fins destas directrizes, por “dívida” entende-se um passivo corrente (ou seja, não contingente) criado por via contratual mediante a provisão de valor na forma de activos (incluindo moeda) ou serviços, e que requeira que o devedor realize um ou mais pagamentos na forma de activos (incluindo moeda) ou serviços, em data futura. Tais pagamentos serão de liquidação do capital e juros decorrentes da obrigação contratual. As dívidas podem assumir várias formas, sendo as principais:

- i. empréstimo, ou seja, um adiantamento de dinheiro concedido ao devedor pelo credor com base num compromisso segundo o qual o devedor reembolsará tais fundos no futuro (incluindo depósitos, títulos, obrigações, empréstimos bancários e créditos ao comprador), bem como a troca temporária de activos equiparada a um empréstimo totalmente garantido, ao abrigo da qual se requer que o devedor reembolse tais fundos, e normalmente pague juros, readquirindo a garantia ao comprador em data futura (por exemplo, contratos de recompra e acordos oficiais de *swap*);
- ii. crédito de fornecedor, ou seja, um contrato através do qual o fornecedor permite ao devedor o adiamento dos pagamentos até uma data posterior à entrega dos bens ou à prestação dos serviços; e

iii. arrendamentos, ou seja, acordos através dos quais um locatário adquire o direito de uso de um prédio por um ou mais períodos especificados, em geral inferiores à vida útil esperada do prédio, retendo o locador o título de propriedade do prédio. Para os fins destas directrizes, a dívida é o valor actual (na data de início do arrendamento) de todos os pagamentos de arrendamento a efectuar durante o prazo de vigência do acordo, excluindo os pagamentos referentes à operação, reparação ou manutenção do prédio.

b. Ao abrigo da definição de dívida apresentada acima, os juros de mora, multas e indemnizações por perdas e danos decididos judicialmente, em resultado do incumprimento de pagamentos de uma obrigação contratual que constitua dívida, também são dívida. O não pagamento de uma obrigação que não constitua dívida segundo a presente definição (por exemplo, pagamento contra entrega) não gera uma dívida.

10. **Garantias de dívidas.** Para os fins dos critérios de desempenho pertinentes, a garantia de uma dívida advém de uma obrigação legal explícita do governo de efectuar o pagamento da dívida (em dinheiro ou em espécie) no caso de não pagamento pelo devedor.

11. **Concessionalidade da dívida.** Para os fins dos critérios de desempenho pertinentes, uma dívida é considerada concessional caso inclua um elemento de donativo de pelo menos 35 por cento;<sup>1</sup> o elemento de donativo é a diferença entre o valor actualizado (VA) da dívida e o seu valor nominal expresso como percentagem do valor nominal da dívida. O VA da dívida no momento da sua contratação é calculado descontando o fluxo futuro de pagamentos do serviço da dívida.<sup>2</sup> As taxas de desconto aplicadas para este efeito são as taxas de juro comerciais de referência para a moeda específica (CIRR), publicadas pela OCDE.<sup>3</sup> Para dívidas com um prazo de vencimento de pelo menos 15 anos, aplica-se a média CIRR a dez anos para calcular o VA da dívida e, assim, a sua componente de donativo. Para dívidas com um prazo de vencimento inferior a 15 anos, aplica-se a média CIRR a seis meses. As margens para diferentes períodos de amortização (0,75 por cento para períodos de amortização inferiores a 15 anos, 1 por cento para 15 a 19 anos, 1,15 por cento para 20 a 29 anos, e 1,25 por cento para 30 ou mais anos) são acrescentadas às médias CIRR a dez anos e seis meses.

---

<sup>1</sup> O website do FMI contém uma ferramenta que permite o cálculo do elemento de donativo de uma vasta gama de pacotes de financiamento. O endereço para consulta (em inglês) é: <http://www.imf.org/external/np/pdr/conc/calculator>.

<sup>2</sup> O cálculo da concessionalidade leva em conta todos os aspectos do acordo de dívida, nomeadamente: vencimento, prazo de carência, prazo de amortização, comissão inicial e taxas administrativas.

<sup>3</sup> Para as dívidas em moedas estrangeiras para as quais não há uma CIRR calculada pela OCDE, o elemento de donativo deve-se basear na CIRR composta (média ponderada) das moedas no cabaz do DSE.

12. **Dívida externa.** Para os fins dos critérios de desempenho pertinentes, a dívida externa é definida como a dívida contraída ou honrada numa moeda que não seja o franco CFA. Esta definição também se aplica à dívida entre os países membros da UEMOA.
13. **Crítérios de desempenho relacionados à dívida.** Os critérios de desempenho pertinentes aplicam-se à nova dívida externa não concessional contraída e garantida pelo governo. Os critérios aplicam-se à dívida e aos compromissos contraídos ou garantidos para os quais ainda não se recebeu um valor em contrapartida. Os critérios também se aplicam à dívida privada para a qual foi concedida garantia oficial e que, portanto, constitui um passivo contingente para o governo. Os critérios de desempenho são avaliados em base acumulada desde ao momento da aprovação da ECF pelo Conselho de Administração. A aplicação dos critérios de desempenho será avaliada continuamente. Não serão aplicados factores de ajuste a esses critérios.
14. **Limite máximo à nova dívida externa de curto prazo contraída ou garantida pelo governo.** A dívida externa de curto prazo é a dívida externa com prazo contratual inferior a um ano. As operações de alívio da dívida e os Títulos do Tesouro emitidos em francos CFA no mercado regional da UEMOA são excluídos deste critério de desempenho. No contexto do programa, nem o governo nem as empresas públicas contratarão ou garantirão dívida externa de curto prazo. Este critério de desempenho será monitorizado continuamente.
15. **Limite máximo aos novos atrasados de pagamentos externos.** Os atrasados de pagamentos externos são definidos como pagamentos externos devidos mas não pagos na data do vencimento. Caso o credor tenha concedido um prazo de carência após a data de vencimento contratual, o pagamento externo será considerado em atraso após o encerramento do prazo de carência. No âmbito do programa, o governo se compromete a não acumular atrasados sobre a sua dívida externa, com excepção daqueles decorrentes da dívida que está em processo de renegociação com os credores, inclusive credores bilaterais fora do Clube de Paris. Este critério de desempenho será monitorizado continuamente.
16. **Reporte de informação.** O governo comunicará ao corpo técnico do Fundo qualquer novo empréstimo externo contraído ou garantido pelo governo, bem como os seus respectivos termos, no mais tardar duas semanas após a contratação ou garantia do referido empréstimo.
17. Por **gastos sociais e outras despesas prioritárias** entende-se o total da despesa corrente nos sectores da Educação, Saúde e Agricultura e as despesas de capital financiadas com recursos internos (Tabela 4).

Tabela 4. Gastos Sociais e Despesas Prioritárias<sup>1</sup> por Trimestre, 2011  
(Acumulado, milhões de FCFA)

	Março	Junho	Set.	Dez.
	Prog.	Prog.	Prog.	Prog.
Gastos sociais e outras despesas prioritárias	2.932	5.864	8.795	12.227
Educação	1.649	3.299	4.948	6.898
Saúde	897	1.794	2.691	3.788
Agricultura	264	527	791	1.055
Infra-estrutura	122	244	365	487

<sup>1</sup> Despesas correntes e de capital com financiamento interno.

## B. Factores de correcção

### 18. Serão usados os seguintes factores de correcção:

- a. Se os pagamentos da compensação financeira das pescas forem inferiores ao programado, o limite máximo ao défice primário interno (base de compromissos) será aumentado pelo valor total de tal défice, até a um máximo de FCFA 3 mil milhões. O programa pressupõe os seguintes pagamentos da compensação financeira das pescas (acumulados desde 1 de Janeiro de 2011): zero no final de Março; zero no final de Junho; FCFA 5 mil milhões no final de Setembro e FCFA 5 mil milhões no final de Dezembro.<sup>4</sup>
- b. O limite máximo ao financiamento interno será aumentado em função de qualquer insuficiência no apoio orçamental externo e no pagamento da compensação financeira das pescas, pelo valor total de tal insuficiência, até a um máximo de FCFA 3,5 mil milhões. O programa pressupõe os seguintes montantes de apoio orçamental externo e de pagamentos da compensação financeira das pescas (acumulados desde 1 de Janeiro de 2011): zero no final de Março; zero no final de Junho; FCFA 8,9 mil milhões no final de Setembro e FCFA 12,5 mil milhões no final de Dezembro.
- c. O limite máximo ao financiamento interno será aumentado em Março, Junho e Setembro em função do pagamento de atrasados referentes ao ano transacto que exceder os montantes programados, até a um máximo de FCFA 1,85 mil milhões. O programa presume os seguintes pagamentos de atrasados referentes a anos transactos (montante acumulado desde 1 de Janeiro de 2011): zero no final de Março; zero no final de Junho; zero no final de Setembro e FCFA 1,85 no final de Dezembro.

<sup>4</sup> Para os fins do presente MTE, a taxa de câmbio FCFA/Euro é de 655,956 e a taxa FCFA/USD é de 524.